

A Política Externa Americana para o Sudeste Asiático

Ricardo Jorge Azevedo Pinto

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva

outubro de 2024

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Ricardo Jorge Azevedo Pinto, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M12366 do Curso de 2.º Ciclo de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Ricardo Jorge Azevedo Pinto

Universidade da Beira Interior, Covilhã 11 /10 /2024

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Folha em branco

Agradecimentos

Esta tese de mestrado não teria sido possível sem o apoio familiar que esteve sempre presente nos momentos difíceis da minha vida, bem como nos bons momentos. Aos meus pais e à minha irmã.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Jorge Manuel Tavares da Silva, pela sua disponibilidade e ajuda valiosa ao longo de todo o trabalho realizado para o desenvolvimento da minha tese.

E por fim, agradeço também ao meu caro amigo, Gonçalo.

Folha em branco

Resumo

A política externa dos Estados Unidos da América é abrangente, é um tipo de política externa com influência à escala global, facto natural tendo em conta o estatuto dos EUA como uma superpotência.

Sabemos que, ao longo das últimas décadas, os EUA estiveram envolvidos em várias regiões do globo para assegurar os seus interesses, como por exemplo o Médio Oriente e várias regiões africanas. No entanto, a região do Sudeste Asiático ainda não é frequente nem consistentemente associada com os padrões de interesses dos EUA, interesses esses principalmente de natureza política e económica.

Este trabalho visa melhorar a compreensão da política externa americana na sua orientação em relação ao Sudeste Asiático, e o seu modo de inserção específico nesta região. Espera-se alcançar este objetivo através da análise dos mandatos de quatro presidentes americanos e da natureza da política externa americana como desenvolvida e aplicada por cada um destes chefes de estado. Esta tese abrangerá assim o período temporal compreendido entre os mandatos dos presidentes George W. Bush e Joe Biden, de forma a fornecer uma resposta para a questão-problema delineada como base para a presente dissertação: “Quais foram as principais mudanças na política externa americana em relação ao Sudeste Asiático desde a presidência de George W. Bush até Joe Biden?”.

A região do Sudeste Asiático será neste trabalho tratada de maneira geral, sendo que os únicos casos em que países específicos serão mencionados consistirão em exemplos ilustrativos de certos pontos-chave da estrutura desta tese, exemplos esses constituídos maioritariamente por enumerações de estados ou regiões incluídas em certas categorias relevantes e bem definidas (por exemplo, os estados aliados dos EUA na região, entre outros).

A importância do Sudeste Asiático tem aumentado cada vez mais, e esta relevância crescente tem-se manifestado em múltiplas iniciativas fomentadas por cada novo presidente eleito nos Estados Unidos da América, iniciativas essas orientadas no sentido de aumentar a influência americana nesta região, bem como de contrabalançar a ascensão de outros estados e potências rivais no enquadramento político da mesma, como por exemplo a China, que cada vez mais se tem revelado como o principal

responsável por restringir a política externa dos EUA no Sudeste Asiático. Devido à crescente relevância global desta região, efetuar-se-á uma correlação entre os objetivos da política externa americana e a forma segundo a qual o Sudeste Asiático tem desempenhado o seu papel na atração de atenção geopolítica por parte dos EUA.

Palavras-chave

Estados Unidos da América; Sudeste Asiático; China; Hegemonia.

Folha em branco

Abstract

The foreign policy of the United States of America is comprehensive; it is a type of foreign policy with influence on a global scale, a natural fact given the status of the USA as a superpower.

We know that, over the last few decades, the USA has been involved in various regions of the world to secure its interests, such as the Middle East and several African regions. However, the Southeast Asian region is still not frequently or consistently associated with US patterns of interests, interests which are of a primarily political and economic nature.

This work aims to improve the understanding of American foreign policy in its orientation towards Southeast Asia, and its specific mode of insertion in this region. We hope to achieve this objective by analyzing the terms of office of four American presidents and the nature of American foreign policy as developed and applied by each of these heads of state. This thesis will therefore cover the period of time between the terms of Presidents George W. Bush and Joe Biden, in order to provide an answer to the problem-question outlined as the basis for this dissertation: “What were the main changes in policy American foreign policy in relation to Southeast Asia from the presidency of George W. Bush to Joe Biden?”.

The Southeast Asian region will be treated in a general way in this work, and the only cases in which specific countries will be mentioned will consist of illustrative examples of certain key points in the structure of this thesis, these examples being constituted mainly by enumerations of states or regions included in certain relevant and well-defined categories (e.g., US-allied states in the region, among others).

The importance of Southeast Asia has steadily increased, and this growing relevance has manifested itself in multiple initiatives promoted by each new president elected in the United States of America; these initiatives are aimed at increasing American influence in this region, as well as counterbalancing the rise of other rival states and powers in its political framework, such as China, which has increasingly revealed itself as the main responsible for constraining US foreign policy in Southeast Asia. Due to the growing global relevance of this region, a correlation will be established between the objectives of American foreign policy and the way in which Southeast Asia has played its role in attracting geopolitical attention from the USA.

Keywords

United States of America; Southeast Asia; China; Hegemony.

Folha em branco

Índice

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	X

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	5
1.2. REVISÃO DA LITERATURA.....	6
1.3. DESENHO DE PESQUISA	6
1.4. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1.5. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	8

CAPÍTULO 2

O SUDESTE ASIÁTICO: ANÁLISE DA REGIÃO	9
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÓMICO E GEOPOLÍTICO.....	9
2.1.1. <i>CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E POLÍTICAS DO SUDESTE ASIÁTICO</i>	9
2.1.2. <i>ASPECTOS ECONÓMICOS DO SUDESTE ASIÁTICO</i>	14

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O SUDESTE ASIÁTICO	17
3.1. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.....	17
3.1.1. <i>PADRÕES E PRINCÍPIOS BÁSICOS DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA</i>	17
3.1.2. <i>HISTÓRICO DOS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NA REGIÃO: DO SÉCULO XX À ATUALIDADE</i>	19
3.1.3. <i>INFLUÊNCIA MILITAR DOS EUA NA REGIÃO</i>	24
3.1.4. <i>SISTEMA DE ALIANÇAS DOS EUA NA REGIÃO DO SUDESTE ASIÁTICO</i>	27
3.1.5. <i>A POLÍTICA EXTERNA DE QUATRO PRESIDENTES: GEORGE W. BUSH, BARACK OBAMA, DONALD TRUMP E JOE BIDEN.....</i>	29
3.1.5.1. <i>GEORGE W. BUSH</i>	30
3.1.5.1. <i>BARACK OBAMA</i>	31
3.1.5.1. <i>DONALD TRUMP</i>	32
3.1.5.1. <i>JOE BIDEN.....</i>	35
3.1.6. <i>A ASEAN ENQUANTO INSTRUMENTO DE INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS.....</i>	38
3.1.6. <i>POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA ADEQUADA PARA O SUDESTE ASIÁTICO</i>	40

CAPÍTULO 4

OS GRANDES DESAFIOS REGIONAIS DO SUDESTE ASIÁTICO NA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA ANÁLISE DA REGIÃO 44

4.1. O DESAFIO CHINÊS NO SUDESTE ASIÁTICO44

4.1.1. BREVE PLANO DA POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA O SUDESTE ASIÁTICO EM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA..... 44

4.1.2. A CHINA E OS EUA NO SUDESTE ASIÁTICO: COOPERAÇÃO OU CONFLITO?52

4.1.3. A REGIÃO DO SUDESTE ASIÁTICO COMO POTENCIAL ZONA DE CONFLITO 54

4.1.4. FATORES DE RISCO DE CONFLITO ENTRE OS EUA E A CHINA 56

CONCLUSÃO 62

BIBLIOGRAFIA..... 64

Capítulo 1

Introdução

A política externa dos Estados Unidos é um tema amplo, com implicações globais que afetam várias regiões estratégicas do globo. Entre essas, o Sudeste Asiático tem ganhado relevância nas últimas décadas, especialmente no contexto da ascensão da China como uma potência regional. Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações na política externa americana em relação ao Sudeste Asiático, com foco nas administrações de George W. Bush, Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden, procurando responder à questão: “Quais foram as principais mudanças na política externa americana em relação ao Sudeste Asiático desde George W. Bush até Biden?”

A estrutura desta tese divide-se em quatro partes principais. Na primeira parte, será realizado o enquadramento teórico e metodológico, apresentando conceitos como realismo, influência e hegemonia, além de uma revisão da literatura e a metodologia comparativa que guiará a análise dos quatro presidentes apresentados.

Na segunda parte, será feita uma análise da região do Sudeste Asiático, focando os seus aspetos geográficos, económicos e geopolíticos. Aqui, será discutida a importância crescente desta região para as potências globais atuais, em especial para os Estados Unidos, além de se explorar as características económicas e estratégicas que fazem do Sudeste Asiático um ponto de interesse constante na política internacional.

A terceira parte tratará da evolução das políticas externas americanas para o Sudeste Asiático, abordando os padrões e princípios que orientaram as ações dos EUA na região ao longo dos anos. Será dada ênfase às decisões políticas e estratégicas dos quatro presidentes analisados, destacando as suas diferenças em termos de prioridades diplomáticas, militares e económicas.

Por fim, na quarta parte, serão explorados os principais desafios que os Estados Unidos enfrentam à sua desejada hegemonia política na região, com especial atenção reservada para a crescente influência da China. Serão discutidas as tensões entre as duas potências, e a maneira segundo a qual a política externa americana se tem moldado para lidar com o “Desafio Chinês”, abordando as possibilidades de cooperação ou conflito no Sudeste Asiático.

A nível de política externa, para compreender melhor a política externa dos EUA, serão usados três tópicos ou pontos principais, que serão os seguintes: a visão política (examinada através de várias decisões americanas de carácter político tomadas em relação ao Sudeste Asiático pelas administrações dos quatro presidentes norte-americanos referidos), a visão económica (através da análise de algumas medidas e rivalidades económicas, incluindo a rivalidade económica entre

os EUA e a China), e a visão militar (ações militares dos Estados Unidos e zonas estratégicas de defesa no período temporal considerado).

Sendo assim, começaremos por abordar a região que será o foco deste trabalho, o Sudeste Asiático, onde os EUA se têm envolvido de maneira gradualmente mais intensa nas últimas décadas, e cujos objetivos e interesses têm moldado significativamente a política externa americana nesta região, como, por exemplo, o esforço para impedir o crescimento da influência em expansão da China.

Desde finais do século XIX, e durante o século XX, os EUA têm tido uma grande preocupação relativamente aos acontecimentos políticos ocorridos na região do Sudeste Asiático. Para entender este fenómeno, é necessário investigar e compreender os pilares da política externa americana, bem como a forma como estes pilares enquadram a política externa dos EUA no Sudeste Asiático, sendo este um dos objetivos desta tese de mestrado.

Assim, é importante definir de forma rigorosa o objetivo deste trabalho. De forma sucinta, o objetivo é fornecer uma visão mais clara sobre esta região do ponto de vista da política externa americana. Analisaremos a importância desta região mundial para os Estados Unidos, um estado que teve um papel histórico significativo na mesma, e que continua a ser relevante a nível do seu papel económico e político, afirmando-se estes últimos papéis através da sua aliança com a ASEAN (sendo que este laço económico permite uma maior aproximação americana à exploração de recursos e participação económica na região, e se manifesta também num contexto político, já que este tipo de aproximação aos estados do Sudeste Asiático acaba por ter grande contribuição na maior inclinação destes países para o envolvimento na esfera de influência dos EUA).

Podemos também dividir os objetivos deste trabalho em objetivos gerais e objetivos específicos. O objetivo geral é expor as diferentes abordagens que cada presidente (George W Bush, Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden) teve em relação ao Sudeste Asiático, bem como o grau de importância que atribuíram a esta região. Para isso, serão analisadas as ações políticas destes quatro presidentes.

O segundo grupo de objetivos, estes secundários, inclui a análise das alterações da política externa dos EUA em função das mudanças políticas na liderança deste estado, e como estas observações podem ser aplicadas ao contexto de outros países.

Um exemplo recente deste facto poderá ser a mudança verificada da presidência de Barack Obama para a presidência de Donald Trump, sendo que o primeiro presidente referido defendia uma política externa mais envolvente e global, ao passo que, sob a liderança do último, esta tendência registou um certo declínio, tendo Trump provado ter uma atitude mais isolacionista.

Outro objetivo secundário será a compreensão das razões que levaram os Estados Unidos a ter uma participação cada vez mais ativa nesta região. Este tema está fortemente ligado à crescente hostilidade entre os EUA e a China no Sudeste Asiático, um fenómeno que se tem desenvolvido principalmente ao longo do século XXI, especialmente desde que a China adotou uma abordagem mais dominante no contexto internacional, com a mudança de liderança de Hu Jintao para Xi Jinping. Isto confirma, num contexto diferente, a importância da mudança de lideranças para a definição da política externa de certos países, se não de todos.

Interpretar o contexto do Sudeste asiático na atualidade é de enorme importância para o domínio das relações Internacionais, sendo uma região com cada vez mais importância a nível mundial, onde se encontram vários dos centros da economia global como Singapura, Tailândia e Malásia, por exemplo.

Não apenas através de pontos de referência da economia, mas também no contexto da política, que se manifesta principalmente através da ASEAN, a região está a crescer em termos da sua influência. Por isto, é um foco de atenção quer da China, quer dos EUA, e verifica-se que quando várias potências mundiais estão interessadas numa determinada região, é porque a mesma apresenta benefícios a serem aproveitados. Esta é uma das razões pelas quais este trabalho se foca na região do Sudeste Asiático.

O tema é importante do ponto de vista das relações internacionais porque aborda a política externa de um país que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem desempenhado um papel crucial na história internacional. Portanto, analisar as várias políticas externas dos Estados Unidos é essencial para compreender uma parte significativa da atualidade.

No caso específico da região do Sudeste Asiático, os interesses dos EUA e da China colidem, tornando relevante entender como estes dois países atuam em função da presença um do outro na região, que tem sido com um certo grau de hostilidade. É importante examinar as várias dinâmicas e estratégias que ambos utilizam para influenciar os países da região, avaliando o nível de empenho, e até que ponto os EUA estão dispostos a exercer a sua influência. Essencialmente, estamos a relatar como os EUA utilizam o seu potencial na sua política externa para alcançar os seus objetivos no Sudeste Asiático através de parcerias bem como de alianças militares (Goh, 2008).

Podemos observar que este trabalho oferece uma abordagem sobre aspetos que, embora já tenham sido discutidos, ainda não foram amplamente compilados, especialmente no que diz respeito a quatro presidentes norte-americanos. Esta tese tem como propósito analisar a política externa de quatro presidentes dos Estados Unidos, com o intuito de fornecer uma visão completa dos principais aspetos da diplomacia americana, além de examinar as ações ou progressos realizados na região do Sudeste Asiático em nome dos Estados Unidos.

Como em todos os trabalhos académicos, este estudo apresenta algumas limitações inevitáveis. Dado que estamos a abordar uma região vasta, o rigor analítico não será tão detalhado quanto num estudo de caso específico. Nesta tese, focar-nos-emos nos aspetos gerais das políticas dos Estados Unidos em relação à região, com uma análise reforçada por um caso específico, mas sem a profundidade de um estudo de caso completo. Da mesma forma, a análise dos presidentes dos EUA será feita de forma comparativa, sem uma exploração detalhada de todas as políticas de um único presidente num determinado período. Assim, o método comparativo impõe algumas limitações ao trabalho.

Apesar destas limitações, esta tese oferece a oportunidade de explorar tópicos que não serão abordados aqui, mas que podem ser investigados por futuros alunos ou investigadores. Por exemplo, poderiam ser realizados estudos de caso sobre qualquer país específico do Sudeste Asiático, relacionando os resultados desta investigação com o contexto comparativo e verificando se se aplicam em estudos de caso. A partir daí, seria possível identificar as diferenças e compreender o que torna cada país único, influenciando a forma como é tratado pela política externa americana.

Ou, alternativamente, o foco deste estudo poderia ser alterado para concentrar-se na crescente hostilidade entre os EUA e a China na região, com o objetivo de identificar o Sudeste Asiático como uma zona de influência entre as duas potências.

Por fim, antes de aprofundar outros tópicos, é importante explicar como serão alcançados os objetivos deste trabalho, ou seja, a metodologia a ser utilizada. Um aspeto fundamental será o uso do método comparativo para desenvolver este projeto. Serão analisados os quatro presidentes norte-americanos desde George W. Bush até Joe Biden, comparando a sua visão, os seus projetos e as principais ações. O objetivo é sintetizar os pontos mais importantes da política externa de cada presidente, bem como comparar as diferentes escolas de pensamento (as tradições da política externa americana) e observar qual delas teve maior impacto na região. Além disso, o projeto procurará identificar os principais objetivos dos EUA para o Sudeste Asiático, com o intuito de chegar a uma conclusão mais robusta.

O título da dissertação, “Política Externa Americana no Sudeste Asiático”, sintetiza bem o conteúdo geral do trabalho. Ele revela dois pontos essenciais para compreender a tese. Primeiro, aborda a política externa americana, incluindo as bases, princípios e práticas dos governos dos EUA no cenário internacional. Em segundo lugar, o título especifica o foco da tese, que é a política externa americana numa região específica, o Sudeste Asiático, estreitando o assunto geral e definindo o tópico a ser estudado. A escolha deste título deve-se principalmente ao facto de ser sucinto e direto, refletindo claramente o tema do trabalho.

1.1. Enquadramento Conceptual

Sendo esta uma tese de mestrado, devemos proceder com a definição de certos conceitos relacionados com as relações internacionais. Os principais conceitos aqui utilizados são os de realismo, influência e hegemonia

Começaremos pelo conceito de influência, que é definido por Sigamn e Meierding da seguinte maneira: “ Our approach involves two actors: the influencing state (or influencer) that aims to acquire influence and the target state that is the focus of these efforts “ (2021, P. 5) , sendo isto uma abordagem criada pelos autores para explorar o termo influência , mas que se adequa ao nosso trabalho.

Em termos mais simples, é a influência que um país está disposto a exercer numa determinada região, de modo a determinar a sua vida política, económica ou social, estando constantemente na sua esfera. Alguns exemplos relacionados ao tema em questão são os objetivos que os Estados Unidos procuram alcançar atualmente no Sudeste Asiático, em alguns países da região.

O termo realismo pode ser definido da seguinte maneira pela “Realism, also known as political realism, is a view of international politics that stresses its competitive and conflictual side” (Stanford, 2024) . Esse conceito pode ser melhor demonstrado através das partes das relações internacionais onde os Estados são os principais atores, sem levar em conta intervenientes, como organizações de grande ou pequena magnitude que possam aparecer no sistema internacional.

Sabemos que as relações internacionais envolvem vários atores, mas o conceito de realismo é adequado para descrever o que está a acontecer no Sudeste Asiático, pois estamos a falar de interações entre Estados dando assim continuação a definição “Realists consider the principal actors in the international arena to be states, which are concerned with their own security, act in pursuit of their own national interests, and struggle for power.” Embora existam organizações que serão discutidas neste trabalho, elas funcionam como extensões do próprio poder do Estado. Por isso, este conceito é utilizado.

Por fim, o último conceito a ser definido é o de hegemonia. Apesar de o autor marxista Gramsci ter sido o primeiro a usar o termo, que designou como “hegemonia cultural”, não iremos utilizá-lo aqui, pois está fora do foco desta tese. Em vez disso, usaremos a definição mais comum oferecida pela Enciclopédia Britânica: “the dominance of one group over another, often supported by legitimating norms and ideas” (Britannica, 2023). Esta definição é adequada para diversos contextos históricos das relações internacionais, bem como para cenários atuais. Neste tema, o conceito de hegemonia é utilizado para analisar, sob uma perspetiva realista, o conflito de interesses na região do Sudeste Asiático, especialmente desde a presidência de Barack Obama, quando os EUA adotaram uma postura mais enérgica em relação à região, em resposta ao crescente envolvimento da China.

Além disso, ajuda a compreender a atual situação dos EUA nesta região e no mundo. A situação americana na região do Sudeste Asiático serve como um estudo de caso para entender o que os EUA estão a tentar manter: a sua posição de hegemonia global, ou seja, a sua posição de domínio e controlo para influenciar diversos países ao redor do mundo. Com o auxílio desta perspetiva, teremos um apoio conceitual mais robusto..

1.2. Revisão da Literatura

Na literatura, podemos ver o uso de diferentes perspetivas em relação ao Sudeste Asiático e a sua relação com os EUA. Mas antes de abordarmos esta questão, temos de fazer uma divisão de literatura utilizada neste trabalho: o primeiro ponto que aborda alguns aspetos da política externa americana (como as suas escolas de pensamento e aspetos de diferentes presidentes) e as suas diferentes abordagens. Depois, o desafio da China, que acaba por ser a principal situação que motiva o interesse dos EUA na região. Também são abordadas algumas das características gerais do Sudeste Asiático.

No ponto da política externa americana em si, as políticas dos presidentes em questão e as suas diferentes abordagens são enfatizadas, e por isso foram escolhidos artigos que abordam de maneira individual as suas estratégias e prioridades. Para além disto, temos a divisão da política externa em diferentes escolas de pensamento, escolas essas que, quer ao longo da história dos EUA, quer ainda na atualidade, ajudam a guiar as ações dos atores da política externa americana.

Outro ponto que estes autores abordaram, e que se encontra representado nas conceções políticas de vários de entre os mesmos, é o desafio que a China impõe aos EUA na região do Sudeste Asiático, delineando, de maneira geral, a forma como a China, na sua política externa, tem conseguido aumentar a sua influência na região através de meios económicos, bem como políticos.

Relativamente às características do Sudeste Asiático, os autores selecionados descrevem os países inseridos na região, abordando algumas das suas características geográficas, e a influência dessas características na sua política externa, e como, geralmente falando, essas circunstâncias permitem um maior nível de influência externa por parte de potências extrarregionais (EUA e China), em variados aspetos.

E, por fim, o ponto no qual os autores tecem a hipótese de um possível conflito entre os EUA e a China, onde o seu principal foco acaba por ser nos diferentes cenários que poderiam levar a um eventual conflito militar entre as duas potências.

Na generalidade, todos estes autores, através de análises e comparações, oferecem uma perspetiva bastante alargada sobre o tema da política externa americana no Sudeste Asiático, pois oferecem uma visão alargada sobre os seus desafios, e também sobre as principais falhas

que até agora foram feitas, quer na história, quer na atualidade, nas dimensões económicas militares e políticas.

Por fim, as perspectivas destes autores irão permitir criar uma visão geral de como os acontecimentos se têm desenrolado na região, e sendo assim concluiremos que estes são mais complexos do que se esperava, e que todos os fatores influenciadores dos autores nunca poderão ser mencionados, porque ou não são conhecidos, ou estão fora da área de especialidade do autor em questão. Como neste trabalho, onde apenas são mencionados os autores da RI, quando na verdade também seria crucial entender a religião, a cultura, e a sociedade, porque são fatores que também dominam estes países, mas que não podem ser aqui mencionados. Sendo assim, o nosso foco será meramente dentro da área das relações internacionais e das suas escolas de pensamento.

Deste modo, a literatura que acabou de ser revista tem como fundamentos três principais pontos, o da política externa americana, o Sudeste Asiático, e a política externa da China, que acaba por ir de encontro com aquela dos EUA.

1.3. Desenho de Pesquisa

Para a realização deste trabalho, foi necessário dedicar um tempo considerável à pesquisa, incluindo a consulta de fontes de informação relevantes e atualizadas sobre o Sudeste Asiático e a política externa americana. O objetivo foi garantir que a informação utilizada fosse a mais completa e precisa disponível no momento.

Tendo isto em conta, algumas das fontes acedidas, que permitiram consultar vários autores especialistas neste tema, incluíram a Routledge e diversos jornais académicos. As fontes utilizadas incluem publicações académicas especializadas em política externa americana e estudos de caso sobre a região do Sudeste Asiático, bem como relatórios de organizações internacionais, como a ASEAN. A pesquisa seguiu uma metodologia comparativa, permitindo identificar as diferenças e semelhanças nas políticas adotadas pelos quatro presidentes em questão.

1.4. Enquadramento teórico

Tendo em conta que iremos focar bastante nas atividades dos estados sobre regiões e as suas ações políticas, o mais adequado será usar a teoria das relações internacionais do realismo para orientar esta tese. Isto permitirá obter melhores resultados, observando apenas as ações dos Estados direcionados para outros Estados. Outras escolas das relações internacionais, como o liberalismo, também poderiam ser usadas, pois ao analisar as ações dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, estamos também a tratar de algumas organizações que foram criadas para estabelecer uma base sólida de operações na região, como a AUKUS, que será abordada mais adiante.

No entanto, o liberalismo não será utilizado, pois as organizações mencionadas são instrumentos da política externa dos EUA. Estas organizações não foram criadas de maneira independente por outros atores internacionais, mas sim pelos próprios Estados Unidos, o que pode comprometer a aplicabilidade dessa teoria nesta tese. Portanto, será posta de lado.

Mas ainda outra escola que vai ser utilizada para a concretização deste trabalho é a da teoria das relações de interdependência entre os estados; a teoria afirma que, devido às circunstâncias da época em que vivemos, os estados se encontram cada vez mais interconectados, politicamente, economicamente e mesmo socialmente; esta teoria será usada no ponto em que discutimos as relações entre os EUA e a China, que apesar de serem um pouco hostis, não conseguem escapar a esta ideia de interconetividade, o que expõe uma dificuldade sobre um possível conflito e como seriam consideradas estas ligações entre os dois estados.

1.5. Metodologia de Pesquisa

Esta tese fará uso de uma abordagem qualitativa em conjunto com uma metodologia comparativa, pois iremos comparar as diferentes decisões de quatro presidentes norte-americanos em relação ao Sudeste Asiático. Procuraremos entender como a política externa em direção a esta região tem mudado e quais são os principais objetivos, além de tentar perceber por que é que esta zona adquiriu uma maior importância estratégica ao longo do tempo, desde a presidência de George W. Bush até Joe Biden. Esta escolha de presidentes é justificada por ser a mais recente e apropriada para compreender a situação na região. Portanto, faz sentido delimitar este aspeto da política externa americana desde meados da primeira década do século XXI até à década de 2020, na qual estamos agora localizados.

Além disso, tentaremos compreender a política externa americana num aspeto mais geral, na medida em que existem princípios e ideias nos Estados Unidos que influenciam a criação desta política externa particular. De maneira resumida, a metodologia adequada para este tema é aquela que permite observar um estudo de caso, que é especialmente o dos Estados Unidos, mas que pode variar com a mudança de presidência, como será discutido em partes mais avançadas deste trabalho. Por isso, o método comparativo é adequado para a nossa análise.

Capítulo 2

O Sudeste Asiático: análise de uma região

2.1. Contexto Histórico, Económico e Geopolítico

2.1.1. Características geográficas e políticas do Sudeste Asiático

A nível geográfico, a região do Sudeste Asiático é composta por 11 países, sendo alguns ligados diretamente à massa continental da Ásia, enquanto outros são predominantemente arquipélagos em grande escala. As suas etnias, religiões e sistemas de governo variam consideravelmente, refletindo uma grande diversidade, bem como o poder que cada país exerce na região. (Britannica, 2023)

O Sudeste Asiático está dividida em duas partes: uma delas é a Indochina, que é a parte mais territorialmente ligada diretamente ao continente asiático. Esta região é chamada Indochina por estar situada numa posição intermediária entre a China e a Índia (Britannica, 2023) duas áreas culturais de grande importância histórica que influenciaram a região em vários aspetos, como a religião e a sociedade. Essa influência ainda se mantém até hoje.

A outra parte do Sudeste Asiático é a região insular, que é mais fragmentada e, portanto, mais difícil de governar e administrar pelos principais estados da região. Devido a essa fragmentação, o exemplo da Indonésia, as ilhas e arquipélagos estão mais suscetíveis à influência de potências externas, como a China e os EUA, que procuram exercer algum tipo de influência na área: “could be both a source of weakness and vulnerability” (Laksmana, p96, 2011).

Devido a essa geografia, é possível concluir que o Sudeste Asiático é fragmentado, mas também repleto de potencial. Como afirma Beeson (2004), “Southeast Asians have a limited capacity to shape the international system or influence the behaviour of its most powerful members” (p. 12). Os membros mais poderosos, como os EUA e a China, são fundamentais para a região, pois tentam influenciar constantemente a política regional. Esse é um ponto essencial para introduzir a geopolítica da região.

A nível histórico, a região do Sudeste Asiático foi constituída por vários impérios, mas a sua importância a nível mundial começou a manifestar-se durante o período colonial, quando várias potências europeias, como os holandeses, portugueses e espanhóis, começaram a colonizar a região e a perceber que esta era rica em recursos económicos, como a borracha. À medida que os acontecimentos se desenrolaram e chegámos à época das independências nacionais, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países da região, em particular a Indonésia, começaram a crescer e a adquirir grandes riquezas devido à sua abertura ao comércio internacional, “In spite

of the fact that at the end of the Second World War the East Asian region was among the poorest in the world, the postwar period witnessed the rapid development of this region. It was accompanied by significant social, economic and technological changes such as rapid urbanization, fast industrialization or better education “ (Toma, p 63, 2019) surgindo assim o conceito de “tigres asiáticos”.

No entanto, nem todos os países conseguiram crescer de forma tão exponencial e progressiva, resultando em algumas desigualdades, como é evidenciado na seguinte passagem: “Although the economies in Southeast Asia have exhibited exceptional performance, it has become apparent that economic development in the region is uneven, and the emerging disparities pose critical challenges to inclusive and sustainable growth” (Chongvilaivan, 2014, p. 329). Atualmente, a região continua a ter uma importância significativa, se não ainda maior, pois o Sudeste Asiático é um ponto crucial para as trocas comerciais, especialmente através de três estreitos: Lombok, Sunda e Sumatra. Vários países dependem destes pontos estratégicos. Entre eles está a China, que está a registar um crescimento exponencial e precisa de exportar as suas mercadorias para mercados na Europa e em África.

Com o tempo e as mudanças de liderança ocorridas no país, a China adotou uma abordagem mais direta na região, começando a influenciar países a seu favor e a contrabalançar certas influências estrangeiras. Como é mencionado por Stepanov (2022):

“Currently, under the auspices of the One Belt, One Road initiative, China is implementing a number of large-scale economic projects in Southeast Asia, including the construction of hydroelectric power plants, oil and gas pipelines, and railways” (p. 1473).

Por outro lado, desde a década de 90, os Estados Unidos têm adotado diferentes perspetivas acerca da importância do Sudeste Asiático na sua política externa, com uma grande parte da riqueza mundial a ser agora produzida nesta região os EUA puseram o estatuto do Sudeste Asiático numa posição mais elevada. Para além do inevitável crescimento económico temos também a preocupação da China em manter um certo grau de influência na região, sendo estes os dois principais pontos que moldaram a política externa americana. O Sudeste Asiático tem desempenhado sempre um papel considerável, embora a sua importância possa variar ao longo do tempo.

Podemos observar que, após a Guerra fria, os EUA têm desviado a sua atenção da região devido, principalmente, aos ataques do 11 de setembro 2001, desviando a atenção para o Médio Oriente (Capie, p 265, 2018), o que contribuiu para uma diminuição da importância do Sudeste Asiático na sua política externa. No entanto, isso não diminuiu totalmente a relevância da região.

Nos tempos recentes, a situação mudou, principalmente com a ascensão da China e a crescente influência que este país está a construir no Sudeste Asiático. Foi apenas durante o mandato de

Barack Obama que se observou uma verdadeira iniciativa para retomar e criar programas mais sérios, visando aumentar a influência americana no Sudeste Asiático.

“Early in 2011, the Obama administration declared an U.S. “Pivot to East Asia”, changing its regional focus from the Middle East to East Asia. The main purpose was to re-balance power in this region because of the fast development of China” (Wrobel, p 150,2019)

Desde então, os EUA têm procurado contrabalançar a influência da China na região, resultando numa situação em que estas duas potências agora dominam as esferas de influência no Sudeste Asiático. Deste modo, podemos concluir que tem surgido um conflito de interesses na região entre estes dois estados, sendo que o resultado desta disputa ainda está por determinar.

Os interesses estratégicos dos Estados Unidos não são recentes. Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, a América tem demonstrado uma grande preocupação com os acontecimentos políticos na região como se pode ver, por exemplo, na rebelião dos Boxers, onde os EUA intervieram para pôr um fim à rebelião, e mais tarde durante a segunda metade do século XX, com a sua intervenção no Vietname, e mais tarde a sua proximidade com a ASEAN. Mas mais recentemente, em particular, a influência crescente da China na região, em vários dos seus países, alguns mais do que outros, mas mesmo assim presente. Por isso, é essencial compreender esta questão em profundidade.

Primeiro, é necessário entender quais são os pilares da política externa americana que são discutidos neste trabalho; resumidamente, são a garantia dos direitos humanos a nível internacional, e como eles sustentam a sua abordagem em relação ao Sudeste Asiático, sendo este um dos objetivos principais desta tese de mestrado.

A sua geopolítica, começando pela região continental do Sudeste Asiático, inclui os países do Vietname, Camboja, Laos e Myanmar. Cada um desses países possui as suas próprias fragilidades e forças para lidar com os problemas regionais. O Vietname é um país fragmentado, com algumas divisões geográficas que remontam ao período em que o país estava dividido em duas partes, desde que os comunistas chegaram ao poder, há algumas décadas. Além disso, as suas fronteiras, delimitadas há vários séculos, tornam o país particularmente vulnerável na região central, que é caracterizada por imensas florestas e uma geografia difícil de aceder. Isso dificulta a comunicação entre o norte e o sul, que deve ser realizada por alguns caminhos seletos ou através do mar. Este último, apesar de ser uma rota relativamente fácil, está a tornar-se num alvo da crescente ambição marítima da China para expandir a sua influência no Mar do Sul da China. Se os projetos chineses forem concretizados, podem abranger a zona marítima até às costas do Vietname, colocando em risco a sua integridade territorial: “China’s aspirations in the region are challenged by the relatively smaller East Asian countries, including Vietnam” (Kundu,

p 103, 2014). Tailândia: “Thailand is the most sanguine of the original ASEAN member states regarding the rise of China” (Goh, 2005, p. 17).

Além disso, os diferentes países da região têm as suas próprias discórdias atuais. Devido às dificuldades territoriais, o Vietname tem tentado criar zonas tampão em relação aos seus vizinhos, o Camboja e o Laos. Isso, naturalmente, tem gerado tensões entre os três países.

O Laos está cercado territorialmente pelos países da Indochina e não tem acesso ao mar, ficando, portanto, bloqueado. O Camboja, atualmente, recusa participar ativamente na ASEAN, o que dificulta a sua integração na região. Por fim, o Myanmar, que faz fronteira com Bangladesh, está em constante conflito com as suas minorias étnicas, como evidenciado recentemente pelo genocídio dos Rohingya. No entanto, pode-se comentar que, nos últimos anos, o país fez alguns avanços, abrindo-se ao mundo e evitando o isolacionismo.

De maneira geral, a Península da Indochina enfrenta dificuldades geográficas que tanto ajudam quanto prejudicam o seu desenvolvimento estrutural. Essas características podem ser favoráveis em casos de invasão ou ocupação estrangeira, como ocorreu durante as guerras do Vietname ao longo do século XX. No caso específico da China, “Vietnam is one of the ASEAN countries facing the greatest potential challenges from the growing Chinese economy” (Goh, 2005, p. 20).

E, por fim, a região do Sudeste Asiático insular é constituída pelos países das Filipinas e da Indonésia, que apresentam características mais insulares, com vários arquipélagos dispersos e uma linha de costa que se estende por milhares de quilómetros. Além disso, é importante considerar questões como sismos e erupções vulcânicas constantes, devido à proximidade com zonas de elevado movimento tectónico na região, o que aumenta a probabilidade de esses países serem afetados por esses fenómenos naturais.

“Thus, in essence, Indonesia’s geographical traits are characterised by: (1) a vast maritime domain; (2) the prevalence of internal security, political and economic problems on land; and (3) the persistence of major power rivalries in its regional environment due to its strategic location” (Laksmans, 2011, p. 102).

Esses fatores podem ser usados para resumir os principais problemas geográficos não apenas da Indonésia, mas de toda a região insular do Sudeste Asiático. Através desses problemas, a região revela estar numa situação frágil, especialmente em casos onde é forçada a aplicar as suas forças de segurança, que devem estar cientes das dificuldades desse tipo de terreno para implementar ações militares eficientes.

“The military-security dimensions form the first building block of Indonesia’s geopolitical architecture. In this regard, the military first and foremost considers Indonesia’s crossroad location as a source of

vulnerability. Former Armed Forces Commander, Benny Moerdani, noted: “The threat which endangers the sovereignty of the republic comes not only from the Northern area. Rather, danger would also come from all directions, be it from the South, from the East, or from the West of the Nusantara Archipelago” (Laksmana, 2011, p. 102).

E, devido à sua grande diversidade, surgem dispersões populacionais com vários grupos étnicos, o que leva à vontade de alguns segmentos da população de se separar do estado central.

Entre os territórios do Sudeste Asiático, a Indonésia tem o maior potencial para se tornar uma potência regional. Devido à sua posição geográfica estratégica, por onde passa grande parte da economia mundial, e aos seus recursos naturais, a Indonésia pode-se destacar como um grande estado. No entanto, enfrenta o problema da descentralização, que contribui para a sua dispersão e enfraquece o estado central.

Um facto que se tem demonstrado várias vezes ao longo da história da região, e que ainda se mantém em parte hoje, é o fenómeno conhecido como “mandala”. Ao utilizarmos este termo, estamos a admitir a existência de outras entidades regionais que se governam de forma relativamente independente, sem grande ajuda ou consenso com o estado central:

“Mandala is a term employed to denote traditional Southeast Asian political formations. It was adopted by 20th century Western historians (most notably, O. W. Wolters 1968, 1982; and I. W. Mabbett 1978) from ancient Indian political discourse as a means of avoiding the term 'state' in the conventional sense.” (Rosita, 2003, p. 3).

Isso cria diversas dinâmicas de poder entre o estado central e os estados periféricos. Embora a descentralização do poder não seja tão acentuada como no passado, ainda pode ser observada não num nível estatal, como o termo sugere, mas em níveis mais étnicos e linguísticos das diversas culturas da região, o que impõe limites à unificação sob um único estado. Este fator cultural é importante ser considerado ao analisar as políticas formadas pelos governos desses países, pois pode, por vezes, levar a situações de fragilidade.

E, como o governo é fraco e a sua costa se estende por vários milhares de quilómetros, o governo não tem a capacidade de regular a sua integridade territorial. Isso, por um lado, pode permitir uma maior intervenção de vários grupos, como traficantes de drogas, além de operações de estados estrangeiros, como a China e os EUA, na região. “In terms of the security and strategic dimension, three factors are increasingly prominently for Jakarta in relation to the Indian Ocean Region: (1) Islamic radicalism and terrorism; (2) maritime security; and (3) great power politics” (Laksmana, 2011, p. 110).

De maneira geral, isso causa problemas significativos de defesa, política e coesão, que podem ser explorados por um estado estrangeiro em caso de conflito generalizado na região. Se bem aproveitadas, essas vulnerabilidades podem até permitir incursões militares bem-sucedidas, por exemplo, por parte da China. Mesmo sem considerar uma invasão militar, estamos a falar de estados que, nestas condições, não possuem as ferramentas necessárias para se firmarem diante de ameaças externas.

Isso também representa um desafio para os aliados dos EUA, que tem alguns dos seus parceiros mais fiéis na região. Diante de um perigo repentino, esses aliados não serão capazes de enfrentar a ameaça sozinhos, tornando necessária a intervenção militar dos EUA na região.

Considerando esses fatores, é crucial que a política externa americana no Sudeste Asiático leve em conta todos esses aspetos para formular uma estratégia eficaz. Somente assim será possível garantir uma resposta coesa e eficiente em caso de necessidade.

Em conclusão, tanto os EUA quanto a China enfrentarão desafios significativos para manter um papel ativo e mais envolvido na região. Devido a esses fatores geopolíticos, essas potências poderão apenas exercer influência, sem a capacidade de intervir diretamente ou invadir esses países. Portanto, o foco será nas influências estratégicas, ajustadas conforme as circunstâncias. Como referido por Goh (2005):

“Southeast Asia operates much more under the constraints of close proximity to China as well as continental Geopolitics involving shared boundaries and competing influences, particularly in Indochina and the Myanmar-Thailand-China nexus. At times this area appears to form something akin to its own subsystem that gravitates toward Chinese influence.” (p. 5).

As características geográficas também desempenham um papel crucial na definição de como a economia de certas regiões se desenvolve. Assim, a seguir, examinaremos algumas das características económicas do Sudeste Asiático.

2.1.2. Aspetos económicos do Sudeste Asiático

Embora tenhamos abordado de forma superficial a importância económica desta região, nesta secção do trabalho iremos detalhar alguns dos pontos mais relevantes a serem considerados ao tratar deste tópico.

Podemos observar que a região demonstra um enorme dinamismo económico, desempenhando um papel significativo na economia mundial, o que poderá permitir-lhe considerar a adoção de um novo sistema económico ou, pelo menos, alterar alguns dos aspetos da economia que não estão em consonância com o sistema capitalista. Segundo Beeson (2009):

“In much of East Asia, the economic and political reforms associated with the ‘Washington consensus’ have often been regarded with ambivalence and actively resisted. Indeed, China’s own developmental experiences are much closer to those of the ideal-typical, East Asian developmental state.” (p. 105).

Isto pode dever-se a uma maior proximidade cultural com a China, enquanto os Estados Unidos, apesar de investirem na região, continuam a possuir instituições e valores que podem parecer estrangeiros ou até mesmo desfasados das realidades locais. Este pode ser um ponto em que a China supera os EUA na região, com as suas instituições adaptativas, dispostas a colaborar com diferentes economias, razão pela qual a China está presente em grandes partes do mundo.

Ainda com base em Beeson (2009): “Double digit average growth rates for more than two decades have transformed China and triggered a dramatic rise in living standards, especially along its Eastern seaboard” (p. 106). Isto poderá inspirar outras regiões do Sudeste Asiático a alcançar um crescimento económico constante que, apesar de ter um carácter global, tende a desviar-se do conceito capitalista que domina o comércio mundial. Ao afastar-se do capitalismo tradicional, a China consegue, por este meio, adquirir margem de manobra para controlar a sua economia nacional, conseguindo também pôr de lado certas regras e princípios usados no capitalismo, para seu benefício. Um exemplo disto é o facto de, dentro da economia chinesa, a sociedade nacional, em geral, não gozar de boas condições sociais, apesar de a China se estar a tornar num dos países mais ricos do mundo.

Mas, tal como várias realidades que regem este mundo, a economia não deixa de ser uma área com essas características. Um exemplo disso é o facto de os EUA fomentarem a economia da China:

“Despite the concern regularly expressed in the US about its expanding trade deficit with China, it is actually American firms that are largely responsible for the dramatic growth of ‘Chinese’ exports to the US.” (Beeson, 2009, p. 107).

Este é, portanto, um paradoxo na relação entre os dois países. Por um lado, os Estados Unidos alertam constantemente para os perigos da crescente influência chinesa, mas, na verdade, contribuem para o crescimento económico do seu oponente geopolítico, indo assim de encontro com a ideia de interdependência das relações internacionais.

Apesar de serem parceiros económicos, os americanos afirmam, segundo Beeson, que os chineses ganharam uma vantagem significativa quando abandonaram a sua ideia de socialismo e implementaram ideias de mercado de natureza capitalista, impulsionando assim a sua expansão económica. Isso permitiu aos americanos tirar proveito deste facto através do investimento feito pelas suas empresas na China. De certo modo, podemos observar aqui a

existência de um paradoxo: os americanos afirmam que o crescimento da China deve ser travado, mas, ao mesmo tempo, continuam a criar empresas e multinacionais em território chinês, porque este oferece mão de obra mais barata. Por um lado, os americanos criticam a atitude da China, mas, por outro, fomentam essa mesma atitude.

Essas instituições foram cruciais para estabelecer uma espécie de hegemonia económica em todo o mundo, afirmando assim o poder de decisão norte-americano. Esta influência, associada ao poder dos EUA, pode ser explicada como uma influência direta, pois muitos dos estados que tiveram um crescimento económico exponencial nas últimas décadas revelaram a necessidade de participar no comércio com os Estados Unidos. Assim, podemos demonstrar que o poder económico é importante para moldar a perceção de outros países sobre as capacidades de uma nação. Para ilustrar isto, temos o exemplo do Japão no final do século XX, cuja capacidade económica se revelou enorme:

“As recently as the 1990s, many observers confidently expected that Japan would overtake the US to become the world’s largest economy and assume a political status and influence that matched its economic weight, fundamentally reconfiguring East Asia’s intra- and inter-regional relations. Japan’s failure to assume this position tells us something about the respective nature of China’s rise.” (Beeson, 2009, p. 97).

Podemos observar que as crescentes ambições do Japão para adquirir mais território começaram a alertar os americanos. Quando os japoneses se apoderaram da Manchúria em 1931, os americanos retaliaram posteriormente ao cortar as exportações de petróleo para o Japão, o que levou os japoneses a lançar uma guerra relâmpago para conquistar as ilhas e arquipélagos do Sudeste Asiático, na tentativa de obter o petróleo tão necessário para o seu esforço de guerra. Aqui podemos ver que os Estados Unidos estavam preocupados com os acontecimentos políticos em desenvolvimento da Ásia. Isso ficou evidente com as tropas colocadas nas Filipinas sob a liderança do general MacArthur, que enfrentaram os japoneses nas primeiras fases do conflito entre o Japão e os EUA.

Concluindo, podemos ver que algumas principais características atribuídas ao Sudeste Asiático na sua importância económica é o facto de ter adotado o sistema capitalista, mas ao mesmo tempo conseguir moldar de certa maneira esse sistema de acordo com as suas realidades, permitindo realizar assim algumas mudanças ligeiras ao sistema em si, aproximando-se assim da China. Com esta proximidade os EUA não conseguem impedir o seu envolvimento quer na região quer com a China devido ao seu apelo económico, revelando assim uma espécie de interconectividade, como se referiu na parte teórica deste trabalho. Estando, deste modo, discutidas algumas das principais realidades do Sudeste Asiático, prossigamos para a política externa americana direcionada para a região..

Capítulo 3

A política externa norte-americana para o Sudeste Asiático

3.1. Evolução da Política Externa Americana

3.1.1. Padrões e princípios básicos da política externa americana

A política externa americana é complexa e repleta de dinâmicas difíceis de expor num único trabalho. Por isso, nesta parte do trabalho, iremos abordar apenas os aspetos mais importantes e relevantes sobre a região do Sudeste Asiático, revelando as várias dinâmicas em questão.

Os EUA recorrem a todos os elementos do seu hard power e soft power, combinando o conceito de smart power, desde as capacidades e omnipresença militares à ajuda ao desenvolvimento, passando pela influência política, diplomática e económica, pelo autoproclamado ‘exemplo moral’ e utilizando também o seu dispositivo militar em missões de soft power – auxílio humanitário e ajuda de emergência em resposta a catástrofes naturais (Tomé, 2015, p. 145).

Esta é uma forma bastante concisa de expor de maneira simples no que ela consiste. Mas, no final, também pode ser observado que esta política externa depende em grande medida das decisões e vontades de cada presidente americano, embora até agora tenha revelado sempre alguns aspetos em comum.

A tendência parece evidenciar-se na estratégia dos Estados Unidos na nova ordem, uma vez que, apesar das diferenças entre as sucessivas administrações, todas preservaram uma robusta presença militar americana no estrangeiro (incluindo a OTAN na área euro-atlântica e o Sistema de São Francisco na Ásia-Pacífico) como primeira fonte da proeminência americana e da segurança e estabilidade internacional, e, por outro lado, reorientaram até certo ponto o containment para a China. Neste sentido, os EUA comportam-se como uma potência status quo (Tomé, 2015, p. 144).

A política externa americana pode ser influenciada pela sua geografia. Algumas das suas características podem levar os Estados Unidos a adotar uma ampla gama de visões, desde as mais isolacionistas até às mais expansionistas, como se pode observar ao longo da sua história.

Para compreender o que define a política externa americana, é necessário examinar o contexto internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que é o período mais relevante para entender a atualidade dos Estados Unidos. Com o fim deste conflito, e como os Estados Unidos não foram diretamente afetados por ele, conseguiram fazer crescer a sua economia ao ponto de se tornar a maior do mundo. Com essa posição privilegiada, os EUA conseguiram aumentar a sua influência sobre vários países, tanto através da criação de novas organizações quanto a nível militar, onde só eram equiparados pela União Soviética.

Além do reforço da presença militar dos EUA em virtude das intervenções no Afeganistão e no Iraque, envolveu os aliados regionais nas suas iniciativas e coligações de vontade ou tornou o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas, a Tailândia e a Austrália parceiros de contacto da OTAN (Tomé, 2015, p. 140).

Este contexto durou até aproximadamente à década de 90 do século XX, quando a União Soviética sucumbiu. Assim, podemos observar o surgimento de uma ordem mundial caracterizada pela unipolaridade, o que significa que uma única potência, sem concorrente no sistema internacional, domina os aspetos do mundo político.

A ‘estratégia cocktail’ americana é ainda o resultado do chamado Hedging, baseado numa postura que, além de ser cautelosa, difusa, omnidirecional e multi-instrumental, contempla ainda outras duas características essenciais: a flexibilidade e o pragmatismo, presentes em todas as administrações americanas na nova ordem. A Rússia e, em particular, a China são, naturalmente, os objetos centrais do Hedging americano (Tomé, 2015, p. 146).

Com o passar do tempo, essa ordem começou a ser desafiada, tanto por várias crises que os Estados Unidos enfrentaram quanto por problemas internos, como quedas económicas e divisões no seu território, além da ascensão de novas potências, como a China. Em meados da primeira década do século XXI, a China começou a adotar uma estratégia internacional mais ativa e menos passiva, especialmente sob a nova liderança de Xi Jinping.

“American hegemony has changed in ways that reflect the US’s own shifting foreign policy priorities, which were themselves products of long-term geo-political change in the international system.” (Beeson, 2016, p. 1).

À medida que os anos passaram, novas iniciativas por parte do governo chinês para aumentar a sua influência surgiram, tanto nas regiões vizinhas como em áreas onde existe um certo vazio de poder, como na África, e também em países com necessidades económicas. Assim, a China tem envolvido países da América do Sul e parte da Ásia, demonstrando que não tem hesitado em expandir a sua influência pelo mundo fora. Isso contrasta com o modelo americano da ordem unipolar.

A partir daqui, podemos discutir as políticas específicas dos EUA relativamente à região do Sudeste Asiático.

“The asymmetrical importance of mainland and maritime Southeast Asia for the United States is magnified by the fact that core US national security interests are also concentrated (though not exclusive) in maritime Southeast Asia.” (Limaye, 2007, p. 454).

A região do Sudeste Asiático, como foi mencionado anteriormente, revela ser uma zona de contrastes, o que permite a intervenção direta ou indireta de grandes potências. Ao longo dos anos, a influência dos EUA tem sido basicamente para impedir a ascensão da China na região, criando assim uma espécie de zona tampão que restringe os movimentos estratégicos da China.

Isso tem sido evidente através dos programas de defesa e de informação criados pelos EUA desde a última década, como o AUKUS, uma aliança estratégica composta pelos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, onde os dois primeiros países oferecem submarinos e proteção à Austrália para fortalecer o seu papel na região, permitindo assim contrabalançar os interesses e a influência chinesa. “Australia has been willing to be the vanguard of anti-China, leading to a sharp decline in Sino-Australia relations and setbacks in economic and trade cooperation.” (Cheng, 2022, p. 2).

Também o Indo-Pacific Economic Framework é um projeto através do qual os Estados Unidos procuram investir grandes quantias diretamente em países do Sudeste Asiático e Oceânia, incluindo a Austrália, com o objetivo de contrariar a ascensão da Belt and Road Initiative.

Além disso, um pequeno desvio ou ponto não tratado no Sudeste Asiático por parte dos Estados Unidos significaria comprometer um dos seus flancos. Não devemos esquecer que os EUA têm uma das suas costas marítimas voltadas para o Oceano Pacífico, o que torna esta zona de vital interesse para o país.

3.1.2. Histórico dos interesses norte-americanos na região: do século XX à atualidade

Desde o início do século XX, a política externa americana passou por diversas fases, variando de períodos intensos a mais calmos, dependendo dos interesses primários e vitais em cada década. Em momentos de grande importância para a política externa dos EUA, o Sudeste Asiático foi um foco central. No entanto, em períodos mais tranquilos, esses interesses mudaram para outras regiões, reduzindo a atenção voltada para o Sudeste Asiático.

Para obtermos uma compreensão mais aprofundada desta temática, é necessário fornecer um breve contexto histórico.

Para começar, é importante discutir as Filipinas. Em finais do século XIX, nos anos de 1890, os EUA já se estavam a destacar como uma grande potência, e uma das primeiras afirmações foi a guerra com Espanha (Capaleto, p36, 2003). Os Estados Unidos conseguiram tomar vários territórios espanhóis, sendo as Filipinas o mais significativo para este trabalho. As Filipinas permaneceram sob domínio americano até 1946.

Durante esse período, o arquipélago serviu não apenas como uma colónia, mas também como uma base estratégica crucial devido à sua localização central no Sudeste Asiático. A partir das Filipinas, qualquer marinha podia alcançar qualquer ponto da região num período relativamente curto, conferindo aos EUA um território de extrema importância estratégica.

É importante notar que esta não foi a primeira tentativa dos EUA de exercer a sua influência na região. Sob a presidência de Theodore Roosevelt, os EUA adotaram uma estratégia de demonstração de poder e força. Um exemplo disso foi a “Grande Frota Branca”, uma viagem da sua marinha de guerra por vários pontos do globo. Essa exibição de poderio naval teve como objetivo alertar outras potências mundiais sobre as capacidades militares e estratégicas dos Estados Unidos, solidificando a sua posição como uma força emergente no cenário global.

Com a aquisição das Filipinas, os EUA começaram a implementar algumas considerações estratégicas que o governo ponderava há alguns anos, relacionados com a sua expansão estratégica pelo Oceano Pacífico. Esta nova possessão permitiu aos Estados Unidos solidificar a sua presença no Sudeste Asiático, aproveitando a localização estratégica do arquipélago para expandir a sua influência e controlo na região.

Com isso, voltamos a um período de certa estabilidade, que foi quebrada pelas ambições imperiais do Japão e a sua expansão pelo Pacífico, chegando até às fronteiras da Austrália. O ataque a Pearl Harbor forçou os EUA a intervir, mergulhando-os num conflito que durou até 1945, com o lançamento das bombas atómicas e a subsequente derrota do Japão. No entanto, uma nova ameaça surgiu com a onda de descolonização, apoiada pelos EUA, que se tornou evidente com a independência de países como as Filipinas, Indonésia e Malásia.

Conforme Beeson (2005) argumenta, os EUA foram mais influentes quando o seu poder parecia restrito pelas instituições que ajudaram a criar após a Segunda Guerra Mundial. Em relação ao Sudeste Asiático, os americanos rapidamente expandiram o seu envolvimento na região, que até então se limitava principalmente à administração da sua colónia nas Filipinas. Para algumas nações do Sudeste Asiático, a preocupação dos EUA com a Guerra Fria e a sua capacidade de pressionar as antigas potências coloniais significou um impulso importante para as suas aspirações de independência. Por exemplo, o movimento de independência na Indonésia recebeu apoio crucial dos EUA quando pressionaram os holandeses a retirarem-se, na esperança de que uma democracia capitalista pró-Occidente emergisse.

No novo ambiente intelectual, em que o colonialismo se tornou mais difícil de defender, estrategicamente ou moralmente, as Filipinas, a Birmânia e a Malásia ganharam independência ou fizeram avanços significativos nesse sentido. No entanto, outros países, como o Vietname, não tiveram a mesma sorte. Apesar da afinidade pessoal do líder da independência, Ho Chi Minh, com os ideais políticos americanos, a associação do movimento de independência com o comunismo colocou o Vietname em rota de colisão com os EUA, culminando na Guerra do Vietname, após a expulsão dos franceses (Kolko, 1997).

De seguida, surge na política externa americana o princípio de contenção, com o objetivo de impedir o surgimento de novos países comunistas que se poderiam aliar à União Soviética, aumentando assim a sua esfera de poder. “Em relação à Ásia-Pacífico, só com a vitória comunista na China (1949), a Guerra da Coreia (1950-1953) e o agravamento da Primeira Guerra da Indochina (1947-1954) é que o perímetro de segurança americano se começou a expandir” (Tomé, 2015, p. 128).

Isto acabou por dar origem à Guerra do Vietname, com franceses e americanos envolvidos nela desde 1955 até 1975. Mas essa atitude teve um impacto ainda maior na política externa americana:

“É certo que a «doutrina Nixon» não livrou os EUA de uma saída humilhante do Vietname e conduziu a um relativo «recuo» americano na Ásia Oriental: ao longo dos anos 1970, as sucessivas Administrações Americanas (Nixon, Ford e Carter) iriam retirar da Indochina, pôr fim ao relacionamento oficial e à aliança com Taiwan, dissolver a SEATO (em 30 de junho de 1977), retirar o dispositivo nuclear estratégico da Coreia do Sul e reduzir os seus contingentes militares na Coreia, no Japão, nas Filipinas e na Tailândia.” (Tomé, 2015, p. 131).

Com o fim da Guerra do Vietname, as relações que os Estados Unidos tinham com os países da região voltaram ao normal, apesar de forma demorada: “The Vietnam War still shadows US-Southeast Asia policy and US foreign policy in general” (Ba, 2009, p. 373). Toda e qualquer hesitação por parte dos EUA para intervir em grande magnitude no Sudeste Asiático pode ser uma consequência direta dos resultados da Guerra do Vietname, onde os americanos combateram uma guerra custosa, e de longa duração apenas para, no fim, terem de se retirar da região. Atualmente, os Estados Unidos aprenderam a sua lição com este conflito, daí terem os seguintes pensamentos acerca do seu envolvimento na região:

“For those countries outside Indochina, however, which were fortunate enough to find themselves allied to America, the Cold War brought a number of direct benefits, beyond accelerating the decolonisation process. America’s overarching strategic vision, which

was predicated on establishing successful, pro-western capitalist economies to stand as a bulwark against communist expansion, led them to pour aid and investment into East Asia. (...), without American economic support for the region, both in the form of aid and investment and – crucially – in the form of a huge North American consumer goods market - development would have been a good deal slower, and the export-oriented strategies that characterised economic expansion across the region would have been much more difficult to sustain.” (Beeson, 2016, p. 4).

De maneira resumida, este é o contexto típico das relações dos Estados Unidos com os demais países do Sudeste Asiático.

Levou a um processo de paz firme que ainda hoje se mantém, o que acabou por levar os EUA a criarem laços económicos com a região, pois esta estava a crescer, economicamente falando, adquirindo assim mais importância no contexto internacional. Com o fim da Guerra Fria, esses laços aprofundaram-se de maneira exponencial e tornaram-se cada vez mais benéficos com a criação da ASEAN, que se tornou essencial para fomentar a cooperação regional nos países da zona.

“The re-emergence of security as a key issue has highlighted some of the tensions and contradictions in the pursuit of greater East Asian regionalism, the position of Southeast Asia in particular, and the ambiguous impact of American power. Although the actions of the US in the aftermath of Asia’s economic crisis were an inadvertent spur to greater regionalism, the ‘war on terror’ has provided a powerful reminder of the strategic fault-lines that have helped shape the region in the post-war period. For all the resentment that America’s heavy-handed intervention in the economic sphere generated, it is important to recognise that for most East Asian nations – China is the obvious exception - America’s strategic engagement is seen as a vital and irreplaceable component of regional stability.” (Beeson, 2009, p. 10).

De maneira sintetizada, podemos ver que o que os EUA têm feito na região, num nível mais histórico, pode ser resumido da seguinte forma: expansão americana, ocupação japonesa, descolonização, contenção do comunismo, escalamento de conflitos, normalização das relações e participação económica, cada um correspondendo aos aspetos discutidos anteriormente.

E com isso, entramos diretamente nos pontos que serão desenvolvidos mais adiante neste trabalho, começando pela estratégia de “pivot” ou de reequilíbrio, que visa reposicionar os EUA na região de maneira significativa.

Estas diferentes fases podem indicar que, à medida que as décadas foram passando, os EUA tiveram prioridades variadas ao longo do tempo. Em certos períodos, as prioridades alinhavam-se com a região, enquanto em outros, o foco mudava, o que sugere que o papel dos EUA é verdadeiramente global, com interesses geopolíticos dispersos pelo mundo. Também reflete a capacidade dos EUA de alterar as suas prioridades em relação a diferentes áreas geográficas. Por exemplo, durante a Guerra Fria, o foco inicial foi a Europa Central, na fronteira com a URSS, e posteriormente expandiu-se para a Ásia com a ascensão da China comunista e a propagação do comunismo para o Sudeste Asiático.

Por isso, a partir desse momento, começou a surgir uma nova fase da política externa americana em direção à região, com uma tendência maior a prestar atenção aos movimentos independentistas que surgiram para impedir que partidos comunistas tomassem o poder no Sudeste Asiático. Foram criados vários regimes ditatoriais que, apesar de reprimir os seus povos, eram fortes o suficiente para impedir o crescimento do comunismo nos seus territórios. É possível traçar um paralelo com a América do Sul, cujos países também foram altamente influenciados pelos Estados Unidos, resultando na criação de ditaduras para conter o crescimento do comunismo.

Esse padrão de mudanças nas prioridades pode ser observado nos tempos atuais, com o conflito de interesses entre a China e os EUA, que procuram aumentar a sua influência na Ásia, na África e na América do Sul, em regiões com economias frágeis e também em economias bastante desenvolvidas.

Isso indica que, independentemente de um país ser forte economicamente ou não, ele ainda pode ser alvo de potências mundiais em disputas de interesses.

Mas, atualmente, no Sudeste Asiático, a luta de interesses entre a China e os EUA domina a situação. “It seems likely that China’s influence in East Asia will grow at the expense of the United States” (Beeson, 2009, p. 95). Sendo assim uma parte da sua grande estratégia regional como potência poderá necessitar de ser revigorada. Como podemos ver pela seguinte definição:

“Grand strategy – like any other policy – is oriented towards achieving national objectives which more likely includes the plan to secure vital interest. Hence, the first point to assess concerns whether a grand strategy identifies and states the scope of these vital interests. Three propositions are used in assessing the scope of objectives and vital interest: whether the grand strategy defines limited or expanded vital interest; whether the strategy intends to stimulate short term or long term change over its policy targets; and whether the strategy risks negative or positive impacts regarding its overall objective and vital interest.” (Sebastian, 2021, p. 42).

Esses interesses são fatores que podem motivar os Estados Unidos a envolver-se na região. Um interesse vital pode ser definido como a necessidade de intervir para garantir benefícios económicos e explorar novas oportunidades por meio de diversas organizações que tendem a alinhar-se com os interesses americanos. A partir dessas intervenções, podemos concluir que uma atuação militar pode ser implementada de várias maneiras, incluindo apoio à segurança, como será abordado no próximo capítulo.

3.1.3. Influência militar dos EUA na região

Pela informação exposta até agora, conseguimos perceber rapidamente, especialmente pelo contexto histórico, que desde o final do século XIX, os EUA têm demonstrado um grande interesse a nível político e económico. A nível político, a região era importante devido à influência europeia (Inglaterra, França e Holanda) e, a nível económico, os EUA perceberam que se tratava de uma área rica em diversos produtos. “As far as Southeast Asia was concerned, the Americans had to rapidly expand the extent of their engagement with the region, which had hitherto been principally confined to administering its colony in the Philippines” (Beeson, 2004, p. 4). Foi através desses interesses que os EUA conseguiram enviar vários destacamentos militares para a região, dirigidos para as bases militares que possuem lá. Esta presença militar, que existe em várias partes do mundo, pode servir como uma forma de demonstrar a presença dos EUA e sinalizar que, caso algo vá contra os seus interesses políticos e económicos (mencionados anteriormente), poderá haver uma manifestação de força por parte dos EUA contra essa força antagónica, como já foi demonstrado muitas vezes na história recente. Apesar de esses riscos serem constantemente variáveis e poderem surgir a qualquer momento, a presença dos EUA visa precisamente mitigar essas ameaças.

As bases militares localizadas geograficamente no Sudeste Asiático incluem as de Singapura, as Ilhas Marianas, bem como bases nas Filipinas. Embora estas bases estejam situadas em áreas de grande interesse estratégico para os EUA, não são muitas as bases localizadas nesta parte do mundo. Além disso, as bases conhecidas pelo público em geral são limitadas em número.

Este aspeto também pode refletir as últimas decisões de política externa dos presidentes anteriores, pois, como já foi discutido neste trabalho, esta área do mundo foi, em certa medida, desvalorizada pelos Estados Unidos, o que explica a relativa fraqueza da sua presença militar na região.

Enquanto isso, a China, apesar da ausência militar dos EUA na região, ainda não agiu e não tem bases militares no Sudeste Asiático. Uma razão para isso pode ser que a China não queira provocar demais os EUA, evitando uma intervenção americana em países que já estão sob a influência dos americanos. Em vez disso, a China opta por uma estratégia mais indireta, definida por políticas económicas direcionadas a esses países e relações diplomáticas, o que é típico da política externa chinesa.

“While China has moved aggressively to promote closer economic relations with Southeast Asia, its initiatives in the security arena have been more tentative, although Chinese political analysts are increasingly acknowledging the potential for China to play a more far-reaching role in the region’s security. As Vice Director of the China Institute of International Studies, Ruan Zongze notes, “The development of China is conducive to security and stability in the region. China lies at the joint of the «curve of turbulence» through Eurasia continent to northeast Asia and this region is where the interests of major powers converge and therefore has a lot of «hotspots». A stronger China would have more leverage in mediating regional conflicts, and thus contributing to cooperation.” (Beeson).

Estas diferentes abordagens de política externa por parte dos EUA e da China podem ser explicadas pelos seus fatores internos. Sabemos que há várias décadas os EUA são o país mais rico do mundo, com uma capacidade económica de renome e a capacidade de exportar produtos para todo o mundo. Assim, faz sentido que eles possam sustentar as suas forças armadas e garantir um poder ofensivo capaz de atingir qualquer parte do mundo. “Some observers stress America’s material capacities, especially military, while others, particularly critical theorists, stress the ideological aspects of American influence” (Beeson, 2004, p. 446).

Enquanto isso, a China só recentemente adquiriu o poder económico necessário para começar a projetar algum do seu hard power, o que ainda não foi amplamente demonstrado e se encontra numa fase muito inicial. Isso também pode explicar por que a China tem aplicado até agora os conceitos de soft power na sua política externa. Sem a capacidade de exportar uma força mais contundente, a China foi obrigada a emergir na política internacional utilizando o soft power, e ainda precisa de evoluir nesse aspeto.

Mas estamos perante a possibilidade de que a China, em breve, possa competir com os EUA em termos de hard power. À medida que o tempo passa, a China adquire mais capacidades para implementar essas ideias na sua política externa.

Outros fatores internos que influenciam esses pontos incluem as maneiras pelas quais os dois países organizam e aspetos natos característicos de cada um, que podem ser limitantes, mas também benéficos.

Devido à sua grande capacidade industrial, desenvolvida desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA encontraram várias maneiras de conectar as suas indústrias de tecnologia com a indústria militar. Desta forma, são capazes de transformar e avançar constantemente a sua tecnologia militar, tornando-se uma das indústrias mais inovadoras do planeta. A China, por sua vez, possui uma grande capacidade industrial, mas ainda não tem centros de investigação suficientemente desenvolvidos para realizar investigações de renome que impulsionem os

diversos setores da tecnologia. A China tem focado na produção e não na inovação, o que pode afetá-la no futuro próximo.

“If U.S. hegemony is to maintain its more pervasive influence over regions like Southeast Asia, the sorts of predominantly neoliberal reforms it champions must be widely accepted and enjoy a degree of legitimacy, particularly at an elite level where such reforms will be implemented and enforced” (Beeson, 2004, p. 449).

Além disso, existem outros fatores sociais que podem gerar novas ameaças à integridade nacional da China a qualquer momento. Entre esses fatores estão os diversos movimentos nacionalistas e independentistas, as desigualdades entre classes sociais e as condições de vida e trabalho que nem sempre são ideais. O facto de a China viver sob um regime autoritário também contribui para a instabilidade interna, o que contrasta com a imagem de estabilidade que o país tenta projetar para o resto do mundo, muitas vezes sustentada por propaganda.

Embora os EUA também enfrentem certas instabilidades sociais, o seu sistema está mais enraizado no país e na mente da sociedade, tendo uma longa história em comparação com o sistema da China, que é relativamente recente.

Podemos concluir que vários fatores podem surgir ao considerarmos um possível conflito entre estes dois países, bem como aqueles que se manifestam constantemente, de uma forma ou de outra, ao analisarmos a atualidade e os possíveis cenários futuros.

Por isso, devemos considerar que, à luz das fragilidades internas do território chinês, podemos estar diante da possibilidade de que a China esteja à beira de uma mudança de paradigma, ou seja, de um possível colapso. No entanto, tais afirmações pertencem ao domínio da futurologia e não devem ser desenvolvidas em detalhe aqui. É importante, porém, ter esses argumentos em mente para entender o presente e, assim, desenvolver novas perspectivas.

De maneira geral, podemos apenas supor as possibilidades, mas sabemos que, enquanto existirem essas rivalidades, poderá ocorrer uma escalada nas relações a qualquer momento devido a um incidente diplomático, especialmente em relação à ilha de Taiwan, que é um foco constante de tensão, e ao Mar do Sul da China, onde a presença naval americana é significativa, assim como a marinha chinesa, que realiza exercícios militares de forma constante na região.

Podemos concluir que, até agora, não surgiu um grande motivo de tensão entre os dois países, China e EUA. No entanto, como já foi mencionado anteriormente, o potencial para um conflito existe, e a região do Sudeste Asiático pode servir como uma área onde os interesses de ambos os países levarão ao aumento da sua influência, até que se possa eventualmente alcançar um ponto crítico.

Mas, pelo menos na atualidade, fala-se de uma possível guerra entre estes dois países, que, se ocorrer, poderá ter um impacto significativo no mundo e nas relações internacionais. Assim, estamos num momento de impasse.

A região do Sudeste Asiático está atualmente fragmentada, tanto neste conflito geoestratégico quanto nas diversas áreas da política internacional e em aspetos militares. Devido a esta mesma fragilidade torna-se assim necessário a construção de alianças militares.

3.1.4. Sistema de alianças dos EUA na região do sudeste Asiático

Já discutimos algumas das características gerais da política externa dos EUA na região do Sudeste Asiático e como o país se empenha em consolidar a sua posição diplomática na região. No entanto, ainda não abordamos os sistemas de alianças que os EUA têm na região, os quais são absolutamente essenciais, pois permitem uma base segura de operações para qualquer eventualidade que possa surgir no futuro, bem como para qualquer ação militar necessária. Já falamos da ASEAN, que tem uma orientação bastante favorável aos EUA e ao seu tipo de economia, capitalista e global. Contudo, o verdadeiro objetivo desta parte do trabalho é abordar a aliança de países em si, referindo-nos a um tipo de aliança mais realista que se forma de maneira independente das organizações (como a ASEAN, neste caso).

Podemos ver que na Ásia os EUA têm aliados provados, alguns dos quais já foram mencionados, como o Japão, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial está ao lado dos EUA, bem como a Taiwan. No entanto, estes países não se encaixam na região do Sudeste Asiático e, portanto, devem ser excluídos desta equação. Começamos então por enumerar alguns aliados na região do Sudeste Asiático, que são três: as Filipinas, a Tailândia e o Vietname.

A relação que as Filipinas têm com os EUA é bastante forte, visto que os Estados Unidos exerceram domínio direto sobre este território até 1946. Mesmo após a independência, o país continuou a manter relações estreitas com os EUA. A sua dispersão geográfica, sendo um arquipélago de grandes dimensões, faz com que seja algo vulnerável a certas ameaças. Assim, uma aliança com os EUA serve como um suporte fundamental, permitindo-lhe obter a ajuda necessária para lidar com os seus problemas internos e com alguns problemas externos, como a crescente influência da China na região, que pode ameaçar a integridade de vários países na área.

Podemos ver que uma das decisões que os EUA deveriam tomar seria aumentar o seu círculo de alianças na região para criar um sistema mais robusto. Apesar de o sistema já existir (ASEAN), ele revela ser insuficiente para enfrentar certos pontos essenciais, como o maior crescimento das forças armadas e políticas que apenas os países individuais conseguem implementar.

Depois temos a Tailândia, que é um dos países com maior poder económico na região e, com a sua riqueza, consegue exercer um certo nível de influência sobre os seus países vizinhos. Assim, estamos a falar de um país de renome na região, com grande capacidade nas relações

internacionais do Sudeste Asiático. Devido a estes fatores, a Tailândia mantém um certo nível de fricção com a China, como se pode ver: “The two countries do not share borders and have no territorial disputes that irritate relations or form the basis for conflict” (Goh, 2005, p. 17). No entanto, ao mesmo tempo, tem uma certa amizade com a China, como é indicado no mesmo artigo: “Equally significantly, Thailand has a recent history of strategic and economic cooperation with China” (Goh, 2005, p. 17). Estas relações também são históricas, desenvolvidas principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Por último, o Vietname merece uma menção especial, pois, em meados do século XX, os EUA tiveram uma política externa muito belicista em relação a este país, com o objetivo de evitar a ascensão do comunismo na região e contê-lo, na esperança de que não se espalhasse para o resto do Sudeste Asiático. Esse foco resultou numa longa guerra, que se estendeu até à década de 70 e terminou em fracasso, com a retirada das forças americanas e, eventualmente, a queda de Saigão, transformando todo o país num regime comunista. No entanto, com o passar das décadas, as relações começaram a melhorar e os dois países tornaram-se aliados próximos. “Vietnam is a country with which Washington has been increasingly interested in forging closer strategic relations” (Goh, 2005, p. 2).

Estas três alianças são possivelmente das mais importantes que os EUA têm atualmente na região. Esses países, de uma maneira ou de outra, já demonstraram o seu descontentamento com a China, mas, em certos aspetos, também têm uma tendência para se aproximar dela: “At times this area appears to form something akin to its own subsystem that gravitates toward Chinese influence” (Goh, 2005, p. 5). Dada a influência crescente da China, as relações com os EUA devem, portanto, fortalecer-se devido à existência desta ameaça comum. Assim, os EUA devem prestar mais atenção à região e manter os seus aliados ainda mais próximos para garantir algum tipo de influência na área.

Podemos também concluir que é através de um sistema de alianças eficaz que os EUA conseguem não só ter influência na região, mas também atuar em aspetos políticos, militares e económicos. Através destes países, os EUA conseguem investir grandes quantias para obter bens materiais que, de outro modo, teriam de adquirir na China. Sabendo que a Tailândia, o Vietname e as Filipinas são economias em crescimento e responsáveis por grande parte da exportação de certos produtos, como lanifícios, entre outros, os EUA têm o potencial de promover o crescimento económico destes países, criando assim novas oportunidades e alternativas para não serem tão dependentes da China.

De maneira resumida, são três os principais pontos pelos quais os EUA tiram vantagem destas alianças na região em questão: aspetos militares, diplomáticos e económicos.

No aspeto militar, os EUA poderão criar bases militares e desviar recursos militares para estes três países em caso de as tensões entre eles aumentarem e resultarem numa guerra, criando

assim uma possível frente militar. No entanto, em tempos de paz, como ocorre atualmente, isso pode resultar numa forma de pressão sobre a China.

No aspeto diplomático, estas alianças poderão servir para manter aliados em caso de conflito com a China. Com estes aliados, os EUA terão países de extrema importância no Sudeste Asiático como parceiros próximos.

E no aspeto económico, como foi dito anteriormente, estes países poderão ser aproveitados como locais para a produção de bens materiais, onde os EUA poderão investir. Isso oferece algumas alternativas para não estarem tão dependentes da China e da sua capacidade de produção.

Até agora, falámos dos diferentes caminhos que foram tomados tanto pela China como pelos EUA na região do Sudeste Asiático. No entanto, é importante também considerar que esta zona é caracterizada por uma grande diversidade, sem uma cultura, língua ou etnia marcante que possa definir e unir a região. Excluindo algumas organizações, como a ASEAN, a situação é muito mais complexa do que parece. Quando se trata de um assunto que ocorre de outro lado do mundo e para o qual o investigador não teve acesso direto ao terreno, ele nunca terá acesso a toda a informação disponível. Apenas terá acesso a fontes secundárias, que são usadas para preencher lacunas que só podem ser preenchidas com um estudo no local. Esta é uma das limitações deste trabalho.

Como não há uma forma possível de preencher esta lacuna completamente, teremos de recorrer a fontes secundárias sobre os vários responsáveis pela política regional e global, tanto na China como nos EUA, para conseguir cumprir os requisitos necessários para a realização deste trabalho. Como podemos observar, estes países, aliados dos EUA, encontram-se numa posição geograficamente vulnerável, o que permite a intervenção estrangeira, particularmente por parte da China, devido à proximidade entre eles. Esta situação, embora dificulte a situação em certa medida, também beneficia os EUA.

Traz vantagens porque são países próximos da China, permitindo um cerco aos movimentos estratégicos chineses, o que demonstra que a escolha dos aliados por parte dos americanos foi feita com um propósito específico. Por outro lado, é desvantajosa devido ao mesmo fator mencionado anteriormente: os países são próximos da China, mas distantes do continente norte-americano. Isso permite que a China realize movimentos mais rápidos e eficazes do que os dos EUA, uma vez que está na mesma região geográfica..

3.1.5. A política externa de quatro presidentes: George W. Bush, Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden

A política externa de um país está fortemente associada aos seus interesses nacionais; ela muda pouco, mas tende a mudar de direção. Um exemplo perfeito disso é a política externa dos

Estados Unidos, cujos principais objetivos são garantir a segurança, promover a democracia e exportar os valores democráticos para todas as partes do mundo.

“Num contexto de profunda transformação, os EUA optam imediatamente por manter o sistema de alianças herdado da confrontação bipolar, embora redimensionando o seu dispositivo no estrangeiro, com uma nova região e uma nova potência a emergirem nas prioridades e preocupações de Washington por razões económicas e de segurança: a Ásia-Pacífico e a China” (Tomé, 2015, p. 135)

3.1.5.1. George W. Bush

Assim, cada presidente tem uma escola de pensamento associada às suas ações no contexto internacional. Começando por George W. Bush, podemos observar que a sua atitude em relação ao Sudeste Asiático foi, principalmente, de negligência, uma vez que se focou noutras áreas do mundo, como o Médio Oriente, atribuindo-lhes maior importância do que ao Sudeste Asiático, embora não o tenha completamente ignorado.

Ao longo das décadas, os focos de interesse mudaram de região para região. Durante o mandato do presidente George W. Bush, o Médio Oriente era considerado a zona de maior importância estratégica para os Estados Unidos, e assim permaneceu até recentemente, quando o Sudeste Asiático adquiriu uma nova relevância, que os EUA começaram a explorar em toda a sua potencialidade.

O que se observa neste contexto é uma dualidade entre os princípios e as práticas da política externa dos EUA: os princípios permanecem consistentes, mas a forma como são aplicados diverge bastante, incluindo as áreas de interesse. Desde o conflito com a Espanha no final do século XIX, podemos dizer que os Estados Unidos começaram a desenvolver um interesse na região do Pacífico, e em particular no Sudeste Asiático, devido à sua extrema importância estratégica, incluindo as suas várias rotas comerciais.

Coube à Administração George Bush (1989-1993) a tarefa de começar a reinventar a política externa dos EUA no fim da Guerra Fria. Em 1990, na Assembleia-Geral da ONU, o Presidente Americano expunha a sua visão sobre a «Nova Ordem Mundial», baseada numa nova parceria de nações (Tomé, 2015, p. 135).

A partir daí, iniciaria uma nova era de prosperidade, uma vez que os EUA haviam derrotado de maneira significativa a União Soviética, colocando-se numa posição de grande influência e sendo capazes de concretizar um plano de política externa com ampla margem de manobra, visto que se tornaram o hegemónico global. No entanto, qualquer objetivo que estivesse a ser pensado pelo governo foi posto de lado pela nova ameaça do terrorismo, que desde o 11 de

setembro tem dominado o pensamento da política externa, em todas as regiões, incluindo a área em questão deste trabalho.

“If there is an aspect of US-Southeast Asia policy particularly distinct to the Bush administration, it may be the ‘war on terror’, which made Southeast Asia its ‘second front’ and the subject of Washington’s renewed and expanded attention, especially after the terrorist bombings in Bali in 2002 and Jakarta in 2003” (Ba, 2009, p. 376).

3.1.5.2. Barack Obama

De seguida, temos Barack Obama, que não cometeu o mesmo erro que o seu antecessor e conseguiu atribuir maior importância à região do Sudeste Asiático, devido aos pontos já mencionados anteriormente. Ele conseguiu aproximar-se dos países do Sudeste Asiático e direcionar a política externa americana para essa região. Assim, pode ser identificado como um grande incentivador da mudança na política externa dos EUA em relação ao Sudeste Asiático, alterando o panorama geral dessa política e oferecendo um novo objetivo e uma nova região que até então havia sido negligenciada pelos EUA, de certa maneira, em finais do século XX. “Under the Obama administration, the Southeast Asia region received unprecedented diplomatic attention” (Stepanov, 2022, p. 1476).

A partir da sua iniciativa, Obama ajudou os EUA a manter um olhar atento para a região do Sudeste Asiático.

“The involvement of the United States in the affairs of Southeast Asia remains high. In terms of total foreign direct investment in the region, the United States consistently remains a leader. This value is approximately equal to the combined indicators of the European Union, China, Japan, and South Korea taken together” (Stepanov, 2022, p. 1475).

Pode-se dizer que a decisão de Obama de mergulhar os EUA na região do Sudeste Asiático foi marcada pela iniciativa Pivot, que visava reforçar a presença americana na região por meio de projetos económicos e políticos. Este movimento surgiu em resposta ao crescente poder económico da China na área, o que tornou crucial para os EUA contrabalançar a influência chinesa e evitar um crescimento exponencial da mesma. Para alcançar esse objetivo, os EUA envolveram-se mais diretamente na região, como evidenciado pela assinatura de vários tratados. Por exemplo:

“In 2009, the US and ASEAN signed a Treaty of Friendship and Cooperation. In addition, the United States sent an ambassador to that organization and a number of summits dedicated to relations between

the United States and ASEAN states were held in the United States” (Stepanov, 2022, p. 1476).

Esse tratado exemplifica as atividades políticas dos EUA, permitindo uma maior abrangência com os países da região.

No entanto, os países da ASEAN inicialmente não reagiram de forma entusiástica às ações dos EUA, expressando dúvidas sobre a seriedade das intenções americanas, especialmente porque os EUA foram percebidos como tardios nas suas respostas à China. “Asia began to have doubts about the seriousness of the US intentions in the framework of the Pivot policy” (Stepanov, 2022, p. 1476). A principal razão para isto foi simplesmente a inatividade: “In particular, when China carried out aggressive actions against the Philippines and Vietnam in the South China Sea, the United States did not interfere. As a result, Southeast Asia countries began to behave more cautiously in relations with China” (Stepanov, 2022, p. 1476).

Este ponto é crucial para entender a dinâmica da política externa dos países do Sudeste Asiático, que mantêm relações amistosas tanto com a China quanto com os EUA. Esta abordagem alinha-se com a escola de pensamento do realismo na política externa, onde os países procuram maximizar a sua segurança e influência diante de potenciais ameaças e desafios, ajustando as suas alianças estratégicas com base na evolução das condições internacionais.

3.1.5.3. Donald Trump

Em seguida, temos Donald Trump, cuja administração, em certa medida, retrocedeu a política externa americana em relação ao Sudeste Asiático. Trump não priorizou a região, redirecionando os esforços para questões internas, e reformulando princípios da política americana. Isso deixou os países do Sudeste Asiático numa posição vulnerável, cujos efeitos ainda são sentidos. O conceito de “America First” gerou preocupações entre os estados do Sudeste Asiático, embora contivesse a ideia de não interferência nos assuntos internos de outros países, um princípio consistente com os valores da ASEAN.

“The concept of ‘America First’ caused concern among states of Southeast Asia. However, it should be noted that it contains the idea of noninterference in the internal affairs of other countries, which is consistent with the principles that the ASEAN countries adhere to.” (Stepanov, 2022, p. 1476).

Pode-se afirmar com alguma clareza que, sob a presidência de Trump, os EUA adotaram uma postura mais isolacionista. Isso é evidente na citação:

“Under the administration of D. Trump, there was the following logic of interaction with the region: if the countries of Southeast Asia were

ready to cooperate with the United States on certain issues, this interaction would continue. However, ASEAN ceased to be one of the central elements of the American strategy in the Asia-Pacific region. The administration focused on building a model of relations with friendly countries, ‘tailored’ for geopolitical confrontation with China.” (Stepanov, 2022, p. 1476).

Desta forma, Trump conseguiu realizar uma manobra útil para o seu programa político, utilizando os países do Sudeste Asiático apenas quando estes concordavam com certos aspetos; caso contrário, os EUA deixavam de demonstrar interesse.

Isto demonstra que, ao longo do tempo e à medida que os vários presidentes ocuparam o cargo na Casa Branca, os seus objetivos foram diferentes, com cada um deles a ter uma visão distinta do mundo e a tentar pôr essa visão em prática. Neste caso, a atitude de D. Trump foi de isolamento e de dar maior prioridade aos próprios Estados Unidos. Por isso, a ASEAN deixou de ser considerada um agente útil para os interesses americanos na região, levando Trump a recorrer diretamente aos estados individuais para ter uma maior influência na região, pois isso iria ao encontro da principal fonte de poder.

Podemos ver, em geral, que o presidente Trump considera certas organizações no contexto internacional como pouco úteis, como a ASEAN, neste caso, e, no caso da Europa, a NATO, que ele considera um órgão dependente dos fundos e do poder americanos, e que, por isso, deveria passar por uma remodelação. Trump propôs que os países membros tivessem uma maior participação financeira. Esta posição, claro, contribuiu para a criação de pontos de vista desfavoráveis em relação aos EUA por parte, neste caso, dos países da ASEAN.

“During the presidency of D. Trump, many countries in Southeast Asia had a feeling that US involvement in the affairs of the region continued to decline. According to the polls in 2019, 68% of the respondents in ASEAN countries believed that under the administration of D. Trump, US involvement in regional affairs had declined.” (Stepanov, 2022, p. 1477).

A partir desta citação, podemos ver que, apesar de todos os seus esforços para se afirmarem na região, os EUA estão, na verdade, a retirar-se, o que poderá ser ainda mais evidente durante a presidência de Joe Biden, que demonstra uma verdadeira inação em relação à região.

Um dos pontos essenciais que pode caracterizar a política externa de Donald Trump é a sua imprevisibilidade, associada à sua personalidade também imprevisível, especialmente nos assuntos políticos tratados pessoalmente por ele. Isso pode mudar de maneira significativa a política externa americana, visto que o presidente é um dos principais responsáveis pela

mudança de rumo na política externa dos EUA, e é o comandante-chefe das Forças Armadas, sendo ele quem toma as decisões mais importantes.

Assim, Trump mostrou uma grande mudança na política externa americana. Alterou alguns dos sistemas de alianças e procurou criar novas parcerias internacionais para melhorar a posição dos Estados Unidos no mundo. Uma das características da sua política externa, que afeta o Sudeste Asiático, foi o reconhecimento de que a China representa uma ameaça direta ao sistema internacional. Por isso, iniciou uma campanha para desvalorizar a China.

Outra característica deste presidente pode estar associada a uma ideia de diplomacia conhecida como “the mad man theory”. Nesta estratégia, uma pessoa com grande poder no sistema internacional finge ter episódios de instabilidade psicológica para instigar medo no oponente. Desta forma, o oponente pode ceder às exigências da pessoa instável, evitando assim o surgimento de um possível conflito.

Este conceito foi anteriormente aplicado pelo presidente americano Richard Nixon para convencer a União Soviética de que estaria disposto a usar armamento nuclear se as suas exigências não fossem cumpridas. Contudo, esta abordagem diplomática é frequentemente questionada por peritos, uma vez que pode levar à descredibilização da pessoa em questão. É neste ponto que podemos estabelecer um paralelo com Trump. “By understanding President Trump’s embrace of the Nixonian Madman Theory as commander-in-chief, it is possible to better explain his seemingly unpredictable statements, even if they appear to be lacking the intellectual basis that were in place during the Nixon presidency” (Boys, 2020, p. 18).

Trump joga as suas cartas de maneira diferente dos antigos presidentes dos EUA, e os seus métodos, embora distintos, são mais associados à negociação do que propriamente à diplomacia e às relações internacionais. Com este método de natureza única, combinado com a sua “mad man theory”, podem surgir resultados algo duvidosos, como foi o caso com a China. Isto levou, de facto, a uma certa instabilidade entre a China e os EUA. No entanto, a região do Sudeste Asiático foi, de certa maneira, desvalorizada pelo presidente americano, o que permitiu que a China aumentasse ainda mais a sua influência na região.

Este caso demonstra que certas estratégias no palco internacional, criadas supostamente para dar vantagem em determinados pontos, podem deixar outros aspetos desvalorizados e, assim, ser aproveitados por um rival. Esta é a principal lição que podemos retirar da política externa de Trump em relação à China e ao Sudeste Asiático em geral.

Este ponto está diretamente relacionado com a temática deste trabalho: a personalidade de quem ocupa o cargo de presidente e a forma como esse presidente enfrenta os problemas. A maneira como o presidente lida com essas questões está associada ao sucesso ou fracasso dos interesses americanos pelo mundo. O presidente precisa de transmitir credibilidade e ser o estandarte que representa a força do país. Sem isso, a sua credibilidade no contexto

internacional acaba por ser comprometida e outros poderão aproveitar essa fraqueza para minar a força dos EUA.

Podemos falar de um soft power aplicado pelos EUA, ou seja, a imagem que o país projeta é suficiente para cumprir as suas obrigações no contexto internacional, de maneira semelhante ao que é feito por pequenos estados, quando os meios de hard power não são tão facilmente aplicáveis como acontece com os grandes estados.

Provamos assim que é a dinâmica das ações que permite a qualquer estado alcançar os seus objetivos, demonstrando que a política externa avança de maneira dinâmica. No entanto, essa dinâmica está claramente dependente das pessoas no poder, o que pode alterar o curso das decisões nacionais e internacionais.

3.1.5.4. Joe Biden

E, por fim, temos Joe Biden, que, tal como Obama, tem tomado medidas enérgicas na sua política externa. O Sudeste Asiático desempenha um papel importante na sua visão da política externa americana, e ele tem feito o possível para aumentar o papel dos EUA na região, mas que não registou uma intervenção tão alta como nos tempos de Barack Obama, e, para além disso, de maneira distinta da do Trump, ele adotara uma abordagem diferente com a China.

“Due to changes in tone and tenor of U.S.-China engagement – as compared to the Trump presidency – it could be safe to presume that the Biden administration will engage China more cautiously and any ripple effects will not overtly change the strategic dynamic.” (Sebastian, 2021, p. 51).

Com a nova administração de Joe Biden, podemos observar uma mudança de atitude em comparação com Trump, com uma abordagem mais moderada, mas que continua a reconhecer que a China representa uma ameaça significativa para a hegemonia americana no mundo. Portanto, Biden tentará agir neste contexto, particularmente no Sudeste Asiático. “Overall, Southeast Asia countries should be able to anticipate the Biden administration’s likely pattern of engagement and benefit well from such as situation” (Sebastian, 2021, p. 51). No entanto, as opiniões sobre a abordagem de Biden são algo contraditórias, como veremos a seguir.

“Critically, the Biden Administration wants to ratchet up the pressure on its rivals China and Russia. There is a greater emphasis on improved ties with Asia and Europe with talk of a reinvigorated western alliance and a desire to give higher priority to Asian policy.” (Sebastian, 2021, p. 38).

Com isso em mente, a administração de Joe Biden procura adotar uma nova atitude perante os diferentes desafios internacionais mais evidentes, sendo a China e a Rússia alguns deles.

“The administration of J. Biden also does not show a pronounced interest in participating in any multilateral economic agreements, which suggests that the United States could lose its former positions in the economic structure of Asia-Pacific region. In all likelihood the administration of J. Biden, like the previous administration, is focused on rivalry with China. Many experts predicted increased pressure on Myanmar and Cambodia under J. Biden, but so far this has not been observed.” (Stepanov, 2022, p. 1477).

Isso coloca em questão a posição americana na região em vários aspetos. Além dos económicos, agora discutidos, um recuo da região nas atuais circunstâncias pode comprometer a influência americana e criar uma nova oportunidade para que a China explore esse vazio de poder e tente influenciar a região em maior grau.

De maneira geral, podemos destacar, como já foi mencionado anteriormente, que estes presidentes são bastante diferenciados pela sua política externa. Quando considerados em conjunto, podemos concluir que eles representam um período histórico de mudança significativa para os EUA, tanto a nível internacional, com a sua hegemonia sendo desafiada, quanto a nível nacional, onde existem vários grupos demonstrando descontentamento com o rumo atual. Assim, estes quatro presidentes simbolizam uma certa mudança na política externa dos EUA.

“Each US presidential administration in the 21st century has tried to formulate its own approach to this region” (Stepanov, 2022, p. 1473). Como foi observado até agora, os diferentes presidentes podem agir de maneiras distintas, mas todos eles têm um fio condutor: manter sempre em mente a posição estratégica atual dos EUA e a possibilidade de essa posição ser fragilizada pelas pretensões da China.

“The U.S. has faced significant challenges in recent years yet it still remains the preeminent country in the world. No other power comes close to matching its dominance in economic, military, diplomatic, financial, technological and cultural realms” (Sebastian, 2021, p. 37).

No entanto, essa realidade, que tem sido defendida desde o fim da Guerra Fria, tem sido cada vez mais desafiada e posta em questão devido a vários fatores como as incertezas que surgem no mundo e a ascensão da China, que questiona esse status quo. De maneira geral, a hegemonia americana é uma realidade; a sua capacidade de influenciar os acontecimentos mundiais, bem como a facilidade com que pode projetar o seu poderio militar pelos oceanos do mundo para qualquer canto da Terra, tornam inegável o seu poder. A China ainda não pode contestar esse

poder devido ao seu estágio atual de construção de forças armadas, que ainda não atende aos requisitos mais básicos dos exércitos modernos.

Com a Tabela 1 esperamos expor de maneira simplificada o que foi dito até agora, apresentando-o de forma resumida. Podemos observar que as variantes expostas são:

- Ações diplomáticas: em que medida os presidentes, durante os seus mandatos, se dedicaram à região, e se houve um grande envolvimento;
- Ações militares: não necessariamente ações militares diretas em caso de guerra, mas sim de ajuda ou de envio de tropas para regiões específicas;
- Relações com países da região: serão expostos os países com os quais os presidentes procuraram estabelecer relações mais próximas, na esperança de consolidar, em geral, a sua posição na região;
- Nível geral de envolvimento: destina-se a medir, de forma geral, se determinado presidente teve um envolvimento significativo ou não na região. Para isso, será criada uma escala para classificar cada presidente, que variará de 1 (pouca atividade na região) até 3 (muito envolvimento), com o 2 a representar um valor intermédio.

Tabela 1 – Análise das ações, relações e envolvimento dos quatro presidentes americanos

Presidentes americanos	Ações diplomáticas	Ações militares	Relações com países da região	Nível geral de envolvimento
George W. Bush	Zona de desinteresse	Algumas ações antiterroristas	Relação baixa, visando apenas combater o terrorismo	Fraco (1)
Barack Obama	South Asia Pivot	Fornece ajuda financeira relacionada com questões militares	Recupera alguma da iniciativa americana na região	Forte (3)
Donald Trump	Enfraquecimento	Continuação do financiamento	Alguns países perdem a confiança	Médio (2)
Joe Biden	Enfraquecimento	Continuação do financiamento	Ambíguo	Médio (2)

Os fatores expressos na tabela são simplificados. Poderíamos ter incluído outros fatores, como ligações económicas, dado que os EUA consideram a região como importante para a economia mundial, entre outros. No entanto, escolhemos estes fatores como os mais importantes, pois definem em grande medida a ação dos países em direção a uma linha de ação mais realista, alinhada com a escola de pensamento que este trabalho procura relacionar com as ideias apresentadas.

Com a Tabela 1 devidamente distribuída, concluímos, com base nos dados apresentados, os diferentes graus de envolvimento dos presidentes na região. Podemos afirmar que foi apenas a partir de Barack Obama que o Sudeste Asiático se tornou numa área de interesse significativo

para os EUA. Os presidentes sucessores mostraram um envolvimento crescente através de várias iniciativas, além das que são mostradas na tabela. Exemplos incluem a criação de programas estratégicos, como a Asia Pivot Strategy, os investimentos oferecidos aos estados da região e a aproximação com a ASEAN. Estes são fatores que os EUA têm consolidado na região.

Os EUA dependem das escolhas e decisões dos principais chefes de Estado, especialmente do presidente, para moldar a sua política externa. Assim, as escolas de pensamento que abrangem as ideias sobre a política externa americana também estão sujeitas à liderança política do país.

Concluindo esta parte do trabalho, é visível que cada presidente tem uma ideia diferente sobre o que deve ser a política externa americana. Também podemos concluir que os EUA podem agir dentro de uma determinada escola de pensamento, existindo assim pouco espaço para inovação na sua política externa. No entanto, o que podemos observar, com base na análise destes quatro presidentes, é que há uma tendência que provavelmente não será quebrada, exceto por um outlier como foi o caso de Trump.

Os EUA mantêm um grande compromisso com a sua política externa, pois esse é um dos pilares que lhes permite permanecer como a potência predominante no contexto internacional atual. Assim, este compromisso em espalhar os seus ideais democráticos e promover os seus princípios pelo mundo irá sempre motivá-los a intervir onde for necessário, e a combater potenciais ameaças, como no Sudeste Asiático.

3.1.6. A ASEAN enquanto instrumento de influência dos Estados Unidos

Já abordámos os aspetos estratégicos da região do Sudeste Asiático e alguns dos fatores que tornam esta região importante no contexto internacional. Agora, é o momento de discutir a principal organização da região que facilita a relação com outros agentes económicos e a comunicação com o exterior, neste caso, com os Estados Unidos.

A ASEAN é uma organização de natureza económica que une vários países do Sudeste Asiático com o objetivo de fomentar uma maior integração entre os seus membros. Dessa forma, esses estados colaboram para impulsionar a economia local e realizar as transações necessárias para participar da economia global, como por exemplo através sua relação económica com os EUA:

“US trade with maritime Southeast Asia is about 80 per cent of total US trade with all ASEAN countries and US direct investment in maritime Southeast Asia is about 90 per cent of total US direct investment in all ASEAN countries.” (Limaye, 2007, p. 453).

A ASEAN tem crescido exponencialmente na sua economia, não só por estar localizada numa região onde se realizam partes significativas do comércio global, mas também devido à sua grande coerência, o que a torna um local atraente para investimentos. É precisamente isso que

os EUA têm feito nas últimas décadas, investindo constantemente na área para garantir que os países da região se inclinem para se posicionarem na esfera de influência americana, como foi dito anteriormente.

“Among the issues that animate Washington’s perceptions of and interactions with ASEAN and its member countries are human rights, democracy and governance” (Limaye, 2007, p. 456).

Este investimento mencionado destina-se principalmente à construção de novas infraestruturas económicas, abrangendo não só os países da ASEAN, mas também países vizinhos. Além disso, os países que recebem fundos tanto dos Estados Unidos quanto da China, que demonstra um crescente interesse na região, podem aproveitar para obter o que necessitam de ambos os lados da esfera política, recebendo assim os respetivos recursos.

Deste modo, podemos ver que a ASEAN é uma organização multifacetada que navega entre os dois lados políticos, enquanto cresce exponencialmente em vários aspetos, tanto políticos como económicos.

Também se pode dizer que esta região tem uma estrutura semelhante à da União Europeia nos seus primeiros tempos. “ASEAN has never aspired to be a European Union. Political and economic amalgamation is not a long-term goal” (Narine, 2008, p. 240). No entanto, à medida que as décadas foram passando, a União Europeia avançou na sua integração até conseguir que temas políticos e sociais fossem geralmente abordados por todos os países pertencentes à região. O mesmo poderá acontecer com a ASEAN.

“ASEAN’s legal-rational norms are the following: (1) a prohibition against the use of force and a commitment to the pacific settlement of disputes, (2) regional autonomy, (3) the doctrine of non-interference, and (4) no military pacts and a preference for bilateral defense cooperation.” (Narine, 2008, p. 413).

Se tal acontecer, a ASEAN poderá tornar-se um agente importante nas relações internacionais, capaz de impedir o avanço de qualquer potência na região, uma vez que a organização poderá ter o poder suficiente para realizar tais ações. Mas, como isso não pode ser previsto para um futuro próximo, temos de falar do presente, em que a região se encontra numa posição vulnerável e pode tornar-se o “quintal” para a próxima potência que decidir dar o grande passo na sua expansão territorial, neste caso específico, a China.

“The East Asian economic crisis of 1997-99 undermined ASEAN’s international image and revealed the weaknesses of ASEAN’s organizational model” (Narine, 2008, p. 419). Assim como todas as organizações, a ASEAN possui algumas debilidades internas que precisa enfrentar para

remodelar a sua estrutura e lidar com novos desafios que possam surgir. A crise económica que afetou profundamente a região exemplifica essas dificuldades.

“ASEAN was never designed to deal with regional financial issues and lacked the institutional and economic resources necessary to handle the problem. Indeed, the expectations that it could deal with the crisis were unreasonable and indicative of the international community’s misunderstanding of ASEAN.” (Narine, 2008, p. 420).

Com esses factos em mente, podemos concluir que a ASEAN ainda é uma organização com algumas falhas, mas tem tido sucesso notável na área económica e política, conseguindo integrar diversos países da região num programa político comum. Apesar dos avanços, a organização ainda terá trabalho pela frente para avançar em alguns dos seus projetos e pode enfrentar dificuldades no futuro, visto que alguns estados-membros tendem a opor-se a certas políticas da ASEAN.

3.1.7. A política externa norte-americana adequada para a intervenção no Sudeste Asiático

A política externa americana tem várias escolas de pensamento, baseadas nas suas atitudes no palco internacional. Portanto, tendo em conta o tópico deste trabalho, será útil observar e chegar à conclusão sobre que tipo de escola pode ser aplicada ao pensamento diplomático dos americanos em relação ao Sudeste Asiático.

Sabemos que a região do Sudeste Asiático tem sido uma área frequentemente negligenciada, mas um exemplo claro disso é o que aconteceu após o 11 de setembro, que trouxe de volta o interesse dos americanos devido à ameaça terrorista. Como mencionado, “September 11 may have been traumatic for the US, but it threatens to inflict longer-term collateral damage on Southeast Asia”. A política americana no Médio Oriente e a abordagem em relação a países muçulmanos também alteraram a perceção sobre o que deveria ser feito nesta região:

“The presence of substantial Muslim populations across the region, especially when combined with credible evidence about terrorist activities in parts of Southeast Asia (Abuza 2002), served to further dent the region’s battered post-crisis reputation”.

Isto demonstra que a luta contra o terrorismo, que se tornou uma prioridade após o 11 de setembro, foi aplicada em quase todos os aspetos da política externa americana, permitindo uma implementação em várias partes do globo, incluindo o Sudeste Asiático. Com isso, pode surgir a ideia de que os EUA possam ter depositado algumas das suas expectativas em organizações de países do Sudeste Asiático para concretizar as suas ambições nesta luta contra o terrorismo: “henceforth the U.S. expected its allies to provide their own defense” (Job, 2007, p. 623).

Mas o contrário verificou-se quando a ASEAN revelou ser pouco eficaz na questão da defesa. Como indicado,

“Any illusions that ASEAN or even the ARF might play a pivotal role in managing the security crisis have been rapidly squashed by the US’s decisive, largely unilateral response, and the concomitant need for Asian nations to fall in line or risk incurring the wrath of the US or its institutional allies. American hegemony, in other words, is once again proving to be a, if not the decisive determinant of Southeast Asia’s geopolitical future.” (Beeson).

Deste modo, é visível a dedicação que os EUA têm mostrado na região ao longo do tempo. No entanto, isso revela um aspeto negativo, pois ao não permitir iniciativas de defesa por parte das organizações regionais, os EUA são forçados a manter a sua atenção constantemente na zona e a agir em qualquer situação de crise. A criação de uma organização de defesa na região teria um contexto semelhante ao da NATO, criada em 1949 para combater a ameaça soviética na Europa de Leste.

Neste caso, a organização seria criada para cumprir um dos pontos quase obrigatórios da política externa americana: impedir o crescimento da China na região e garantir um sistema de defesa:

“The widely noted ‘comprehensive’ nature of security in much of East Asia, which embraces economic and diplomatic practices, and which has political survival and regime maintenance at its core, was pioneered by Japan and has been embraced by China, too” (Beeson, 2009, p. 103).

Isto demonstra que foram os EUA, com a sua capacidade militar muito desenvolvida, que foram capazes de preencher esta lacuna na segurança da região ao longo do século XX e também no XXI, enfrentando a nova ameaça da China.

No entanto, para que tal seja feito, seria necessária uma maior união entre os estados da região, o que não ocorre, ao contrário da Europa da década de 40, que foi afetada pela Segunda Guerra Mundial e tinha um ethos comum. Em contraste, o Sudeste Asiático atual enfrenta a dificuldade de não ter um sentimento de união que vá além das necessidades económicas e sociais, pois cada estado tem objetivos diferentes em termos de política externa e políticas nacionais. Com isso em mente, a criação de uma organização de defesa que possa ajudar os EUA na sua ambição de envolver o Sudeste Asiático nos seus programas de defesa e iniciativas organizadas será extremamente difícil. Essas dificuldades devem-se também à geografia dispersa e às múltiplas etnias dentro das fronteiras atuais, fatores que já foram discutidos anteriormente nesta tese.

Mas, quando analisamos a região do Sudeste Asiático e a sua relação com os EUA, notamos o seguinte: “Southeast Asia, as a region of small to middle powers, poses little direct threat to the security and wellbeing of the United States” (Ba, 2009, p. 372). Sendo uma área geograficamente afastada dos EUA, isso explica por que, em certos períodos da sua história, a região não representou uma área de interesse primário e extrema importância para os Estados Unidos, permitindo-lhes assim um maior poder de manobra. Deste modo, os Estados Unidos comprometeram-se a intervir no Sudeste Asiático para enfrentar a ameaça terrorista que surgia na região, especialmente com a grande população muçulmana na Indonésia e noutras ilhas.

Podemos ver que, ao longo da história dos EUA, nem sempre houve a mesma atitude intervencionista que muitas vezes é aplicada atualmente. Pelo contrário, no passado, especialmente depois da fundação da República, em 1776, os EUA decidiram adotar uma postura isolacionista para construir de maneira eficaz o novo estado:

“It is premised on the geographic isolation of the early republic and the desire to defend the first historical experiment in self-government from foreign influences” (Nau, 2018, p. 3).

Isso implicou uma não interferência nos assuntos de outros estados, o que também beneficiava os EUA ao evitar invasões ou interferências estrangeiras no país.

No entanto, à medida que o contexto internacional evoluiu, surgiram vários fatores que levaram os EUA a abandonar essa postura, como a necessidade de lidar com outras potências estrangeiras e o surgimento de duas guerras mundiais, que forçaram a América a intervir cada vez mais no contexto internacional.

Mas, com isso, podemos ver que, no final, cabe a cada presidente decidir que tipo de política externa o país deve adotar. Por exemplo, no período histórico abordado anteriormente, George Washington optou por uma política mais isolacionista.

Existem várias tendências que foram registadas até agora pelos presidentes americanos e que definem o seu mandato no contexto internacional (isolacionismo, nacionalismo, realismo, internacionalismo liberal e conservadorismo internacional). Cada uma dessas abordagens tem as suas vantagens e desvantagens. Pode-se afirmar que os EUA têm essas diferentes opções devido à sua posição estratégica a nível geográfico, bem como ao facto de serem uma superpotência que pode tomar essas decisões sem interferir significativamente na sua estrutura interna de poder.

Na realidade, apesar de todas as administrações considerarem os objetivos americanos em política externa como «mutuamente reforçadores», estes nem sempre são conciliáveis, ou são-no muito dificilmente e de forma ambígua: nos últimos anos, por exemplo, a sustentação da primazia/liderança dos EUA, o incremento dos laços económicos e a expansão da democracia e

dos direitos humanos têm demonstrado ser difíceis de conciliar e de implementar coerentemente na política asiática dos EUA e, em particular, na relação com a República Popular da China (Tomé, 2015, p. 127).

Concluindo, ao longo da história recente, os EUA têm tido diferentes prioridades e objetivos em várias regiões do mundo. Assim, para analisar qual a melhor abordagem a ser aplicada no Sudeste Asiático, é necessário adotar uma perspectiva dinâmica, dado que os métodos usados pelos americanos na sua política externa na região variam. Não há, necessariamente, uma única escola de pensamento aplicável, mas sim um conjunto de medidas articuladas que, juntas, podem formar uma política externa coerente.

Capítulo 4

Os grandes desafios regionais do Sudeste Asiático na política externa norte-americana

4.1. O Desafio Chinês no Sudeste Asiático

4.1.1. Breve plano da política externa da China para o Sudeste Asiático em relação à política externa norte-americana

A importância do Sudeste Asiático pode ser resumida pela seguinte frase: “Southeast Asia is important to China for two-way trade, investment, tourism, and educational exchanges. In recent years, as China developed into the world’s second largest energy consumer, Southeast Asia has become important for China’s energy security” (Mauzy, 2007, p. 632). Assim, os pontos mais importantes da política externa da China para o Sudeste Asiático são os pilares da economia, os intercâmbios de estudantes e o turismo, devido à proximidade geográfica que partilha com os países do Sudeste Asiático. Esta proximidade permite que a China tenha um papel considerável na política regional, que muitas vezes contrasta com o dos EUA. Este papel pode ser exemplificado através de várias atividades económicas, diplomáticas bem como de segurança.

A nível económico sabemos que a China tem uma relação de interdependência com o Sudeste Asiático “Southeast Asian countries have long been crucial trading partners for China, and the establishment of ASEAN has further strengthened economic ties” (Masatoshi, p 32, 2024). Para além de relações económicas, temos a necessidade de navegação dos principais estreitos da Indonésia, para que os seus produtos cheguem a várias parte do mundo; para além destas trocas, temos também os investimentos que a China fornece as economias dos países do sudeste Asiático para criar uma maior ligação entre eles, uma certa dependência, por assim dizer. Um exemplo que pode ser exposto é a criação do banco de infraestruturas e investimento asiático, com o propósito de melhorar a qualidade de investimentos (Masatoshi, p 32, 2024).

A nível diplomático, a China tem um grande interesse nas atividades da ASEAN, como tem sido demonstrado pelo envio de diplomatas a várias reuniões feitas pela organização para discutir um conjunto de assuntos, que incluíram as suas relações políticas e o meio ambiente, por exemplo.

E por fim, a segurança que é feita através de exercícios militares em conjunto com os países mais próximos da China, mas também através da realização de acordos para fortalecer as alianças que existem entre eles, em caso de um possível conflito.

Até agora, conseguimos ver que os EUA têm vários projetos em curso para implementar no Sudeste Asiático. No entanto, também precisamos ter uma noção do que os Estados Unidos desejam superar, que é a ambição chinesa na região do Sudeste Asiático, e os EUA têm tentando contrabalançar as atividades da China no Sudeste Asiático através de várias medidas, tais como ajuda nas suas infraestruturas em geral. Por exemplo, o Sudeste Asiático é uma das muitas áreas do globo que recebem fundos do governo americano para o desenvolvimento de infraestruturas.

“The projects announced under the PGII can be divided into three groups: digital economy, energy, and social sphere. The first includes one of the flagship projects of the entire initiative—the laying of a telecommunications cable SEA-ME-WS 6 between Southeast Asia (Singapore), North Africa (Egypt), and Western Europe (France), which will cost \$600 million.” (Boreykov , p 633,2022)

Portanto, faremos uma breve análise das principais metas da China na região, com a intenção de compreender se elas correspondem às dos EUA e se os receios destes últimos têm justificação na sua forma atual, estabelecendo assim uma relação entre os dois estados.

Podemos afirmar que existe uma distinção clara na política externa da China antes e depois de Xi Jinping, mas, apesar de a política externa Chinesa ter certos elementos de continuidade, foi com Xi Jinping que ela adotou uma nova abordagem.

Antes da sua chegada ao poder, a política externa da China resumia-se da seguinte forma: “Chinese foreign policy generally followed the ‘Keep a low profile mantra’ concentrating on creating a favorable external environment for economic development at home” (Zhimin, 2009, p. 7). No entanto, após a chegada de Xi Jinping ao poder, a política externa mudou rapidamente para algo mais assertivo. “Xi Jinping has also made a number of important changes to China’s foreign policy orientation and guiding principles that should have far-reaching ramifications for the country’s foreign relations in the coming decades.” (Zhang, p 8, 2015); isto manifesta-se principalmente através de algumas das suas iniciativas. No início, esta mudança começou quando Xi fez um discurso no Politburo em 2013, onde afirmou que a China deve ter uma “greater determination to forcefully protect China’s national interests “ (Zhang, p9,2015).

Mas Xi ofereceu um novo conjunto de princípios pelos quais a China se deve reger, tal como o desenvolvimento pacífico do seu país e das relações externas, criar um ambiente externo que sirva os interesses nacionais, criar uma linha vermelha de interesses que os outros países não devem ultrapassar sem consequências (Zhang,2015), etc....Resumidamente, Xi Jinping oferece à China um novo programa de política externa, onde a posição da China se revela mais afirmativa no palco internacional.

Mas este ponto de vista não é apenas discutido por este autor, temos outros, como por exemplo, Poh, afirmando que, com a subida ao poder de Xi, a política externa da China mudou de rumo:

“Many scholars, policymakers, and journalists both within and outside of China have suggested that Xi has brought back “strongman politics” since Deng and Mao Zedong, and that China was bidding an official farewell to Deng’s “lying low” international strategy” (Poh,p1,2017).

Tem sido observado que, recentemente, a China tem adotado uma política externa mais ativa, tanto para os territórios marítimos adjacentes quanto para países mais distantes que possuam recursos de interesse para a China.

“While there is something in this, it is also clear that China’s evolving foreign policies reflect the cumulative influence of greater engagement with international institutions. Put differently, China’s elites have been ‘socialized’ into a new, externally-derived normative order in ways that have affected the PRC’s longer-term international behaviour.” (Beeson, 2009, p. 104).

No Sudeste Asiático, esse interesse torna-se ainda mais evidente, pois é uma região composta por arquipélagos e países por onde passa a maior parte do comércio mundial. Obviamente, o interesse da China tende a crescer devido a esse facto, e seria de esperar que a mesma tomasse medidas para fortalecer a sua posição no Sudeste Asiático. É conhecido que a China possui algumas bases militares espalhadas pelo mundo, estando estas concentradas na área do Oceano Índico e Pacífico. Assim, exceto as que estão nas suas próprias costas, podemos contar as bases militares de Gwadar no Paquistão, as Maldivas, na Tanzânia, no Djibouti, Sri Lanka, ilhas Maurícias e nas ilhas Spratly, sendo estas últimas partilhadas com a Índia (Kuzmanov, p139, 2019) .

Podemos observar uma diferença na maneira de impor a política externa quando comparamos a China com o Estados Unidos. Enquanto os EUA mantêm várias bases no Sudeste Asiático para oferecer uma presença firme na região, proteger aliados e garantir certos interesses, a China adota uma abordagem mais subtil. “Every other nation will surely expect that China can make its domestic and foreign policies in a prudent way and take external impacts into consideration” (Zhimin, 2009, p. 11).

A China não construiu bases militares na região, mas tem uma rede de portos e bases comerciais em grande escala. Desenvolveu sistemas de empréstimos e laços económicos que beneficiam significativamente os países da região. Enquanto a China oferece apoio económico, os EUA oferecem proteção militar.

Deste modo, podemos ver que ambos os países oferecem o que o outro não pode proporcionar, criando assim uma complexa rede de alianças no Sudeste Asiático.

Com isto, podemos determinar que alguns dos objetivos da política externa chinesa na região são influenciados pelo nacionalismo. Como afirma Hughes (2005):

“Given the enduring nature of the problems of the South China Sea and Taiwan, the sensitive position of the ethnic Chinese communities in Southeast Asia, and the continuing uncertainty of China’s domestic politics, it is hard to sustain the view that Beijing’s multilateralism in Southeast Asia can be entirely separated from the politics of Chinese nationalism.” (p. 4).

O nacionalismo acaba por ser um dos principais pilares da política internacional chinesa; os interesses do Estado e da nação são sempre priorizados. Isso reflete-se nas práticas diplomáticas e na mentalidade da China, que se diferencia do Ocidente, sendo frequentemente descrita como mais etnocêntrica. Este etnocentrismo também se manifesta nas várias formas de organização social na China, incluindo a nível militar.

Podemos ver que uma das ambições militares mais conhecida da China é a de recuperar a soberania de Taiwan, expandindo a sua fronteira marítima e, ao mesmo tempo, apoderando-se de um dos países mais ricos da região. Como é sabido, Taiwan exporta chips de computadores, materiais eletrónicos, entre outros produtos “The country is one of the largest suppliers of semiconductors, computers, mobile phones, and monitors to the world market” (Kuo, p93, 2022), e é um dos principais fabricantes de tecnologia na Ásia. Se a China conquistasse a ilha, isso provocaria uma grande onda de instabilidade na região. Além disso, há vários outros fatores envolvidos, como a história partilhada destas regiões:

“a Chinese sense of identity that Taiwan is simply an important part of China, and the unique place accorded Taiwan in China’s discourse on unity, sovereignty and territorial integrity in the last 60 years” (Moore, 2016, p. 220).

Este tema está diretamente relacionado ao Sudeste Asiático devido à sua proximidade geográfica. Um conflito em Taiwan causaria instabilidade em toda a região, com grandes repercussões no sistema de alianças existente. As principais rotas comerciais também seriam seriamente afetadas, desencadeando uma recessão económica global.

Os riscos de capturar a ilha são muitos, e é certo que os países do Sudeste Asiático já consideraram a possibilidade de um conflito ocorrer. Por isso, estão a preparar-se da melhor maneira possível.

Neste contexto, os Estados Unidos poderão obter uma vantagem ao convencer os países da região a entrar na sua esfera de influência e, assim, isolar diplomaticamente os chineses, pelo menos no mar. Isso revelaria a importância do Sudeste Asiático como meio de expansão. No

entanto, se todos os fatores não forem devidamente considerados, essa estratégia poderá transformar-se numa armadilha, isolando a China ou os Estados Unidos, dependendo de como a situação evoluir nos próximos anos.

“In this way Beijing can manage China’s relations with the superpower and work towards building the rules of a ‘new international order’ through multilateral security dialogue” (Hughes, 2005, p. 7). Vendo assim, o multilateralismo é uma ferramenta poderosa. No entanto, considerando que este artigo foi escrito em 2005, alguns aspetos das relações internacionais mudaram. A China não só procura ser multipolar com outros países, mas também revela a ambição de superar algumas potências.

Outro aspeto que diferencia a política externa da China da dos Estados Unidos é a sua capacidade de interagir com diferentes regimes políticos, tanto ditaduras como democracias. Por exemplo, a China mantém uma relação próxima com a Coreia do Norte, um estado totalitário desde a década de 1950. Apesar das constantes provocações da Coreia do Norte, como os lançamentos de mísseis nucleares, as relações dos Estados Unidos com o país têm sido limitadas. Em contraste, a China, devido à sua fronteira comum com a Coreia do Norte e a semelhança ideológica, como a repressão da liberdade de expressão e a repressão de movimentos contrários ao estado, mantém uma aliança estreita com o regime norte-coreano.

No entanto, desenvolver mais este tópico levaria a uma análise mais profunda nas ciências políticas. Para concluir, a China alia-se e interage com uma ampla gama de estados. Como afirma Zhimin (2009):

As China’s interests extend globally, China has a growing interest in the stability and prosperity in every region of the world, and develops a vested interest in all the mechanisms which could help maintain the world and regional peace and development. For its own interests, China has to undertake more international responsibilities than in the past (p. 16).

A China procura principalmente beneficiar-se economicamente, estabelecendo novas infiltrações no continente africano para aceder a materiais essenciais para a sua indústria. Da mesma forma, procura criar laços com os países do Sudeste Asiático para ter acesso aos seus variados produtos e economias. Esta região, sendo rica e estratégica, atrai significativa atenção da China:

“China’s voracious demand for natural resource products has trapped some of SEA’s (Sudeste Asiático) smaller economies in a “new resource curse,” eroding the latter’s comparative advantage in labor-intensive manufacturing (Liu, p2, 2023).

Para concluir esta parte sobre a política externa chinesa, podemos resumir os pontos essenciais da seguinte forma: a China procura criar uma vasta rede diplomática na região do Sudeste Asiático para interagir de forma mais eficaz com os países da área; desenvolver um sistema de empréstimos para países com economias frágeis, favorecendo assim a sua economia nacional e ajudando-os a recuperar, o que pode levar a um ciclo de dependência financeira; e adotar uma abordagem de multilateralismo, permitindo-lhe operar em dinâmicas estruturais diferentes das suas e aliar-se a espectros políticos variados. Segundo Zhimin (2009), “China is able to fulfill its first and foremost international responsibility through developing its economy and improving its people’s Welfare” (p. 12). Estes fatores são considerados os mais importantes, pelo menos nesta tese, na política externa chinesa no Sudeste Asiático. Eles revelam uma abordagem mais flexível do que a praticada pelos EUA, o que pode proporcionar uma ligeira vantagem à China num possível conflito de interesses na região.

Podemos também acrescentar que, para os EUA terem algum sucesso em conter a China e a sua expansão para a região, será necessário implementar iniciativas concretas. No contexto atual, os Estados Unidos demonstram uma certa falta de vontade em melhorar e construir melhores infraestruturas no seu próprio país. Dessa forma, a capacidade de investir em infraestruturas em países estrangeiros pode ser ilusória e mais uma ideia política do que uma prática viável. Isso pode resultar num vazio de poder que não capta o interesse dos países da região, que permanecem não apenas desinteressados, mas também um pouco afastados devido às ações ambíguas dos EUA.

Em perspetiva, também podemos concluir que os interesses de ambos os países na região destacam o facto de o Sudeste Asiático ser uma das áreas geográficas mais importantes no contexto global. Portanto, não se trata apenas de uma zona de conflito de interesses entre a China e os EUA.

Pode-se também observar que, para os EUA conseguirem um maior envolvimento na região e superar a China, é necessário que atentem às suas principais falhas na área, que já foram apresentadas anteriormente. Vamos expô-las de maneira sucinta para fornecer uma base para o entendimento dos fracassos da política externa americana na região. O primeiro é o facto de a zona ter sido desvalorizada na sua política externa:

“Southeast Asian leaders in many respects were satisfied with Washington’s benign neglect. With respect to security, however, they worried about a disinterested America” (Mauzy, 2007, p. 626).

Desde o fim da Guerra do Vietname, a região teve pouca atenção, mas recuperou importância nos projetos da política externa americana por dois motivos: a recente ascensão da China e a criação da ASEAN, que atraiu o interesse americano devido às oportunidades económicas que começaram a surgir com esta organização de natureza essencialmente económica.

Neste primeiro ponto, os EUA perderam terreno de maneira significativa, pois deixaram a região do Sudeste Asiático suficientemente aberta para que a China, com a sua crescente ambição, começasse a expandir a sua esfera de influência em direção a esta área. O facto de os EUA terem permitido tal situação vai ao encontro do que já foi dito anteriormente: as prioridades na política externa americana mudam à medida que os presidentes entram e saem da Casa Branca. Isso é desvantajoso, pois os EUA acabam por entrar numa espécie de incerteza a nível da política internacional, não sabendo qual será a sua próxima prioridade. “A new strategic reality has therefore been evolving in Southeast Asia, driven by China’s economic rise against a background of the US’ foreign policy adventurism and its relative economic decline” (Majid, 2012, p. 21).

Um segundo ponto é a economia. É verdade que os EUA têm bases militares ao longo do Sudeste Asiático e que as relações diplomáticas com os países da região são profundas, contando com aliados de grande valor, como o Vietname, por exemplo. No entanto, a principal preocupação dos EUA na região é económica, e esta ideia é confirmada pela relação que têm com a ASEAN e a própria maneira como a organização se apresenta no sistema internacional.

“ASEAN had presented itself as a powerful and united political and economic bloc and had done so because it recognized the political advantages of being perceived in this way by other states” (Narine, 2008, p. 420).

Este é o ponto de consolidação dos EUA na região; além desse aspeto económico, os EUA têm pouco envolvimento e participação ativa nos assuntos políticos. Apesar de os EUA defenderem constantemente e promoverem os direitos humanos como um dos principais pilares da sua política externa - “expansão da democracia, das liberdades e dos direitos humanos; e ordem internacional estável” (Tomé, 2017, p. 125) – este ponto é questionado quando observamos que alguns países da região, como as Filipinas, agem contra muitos dos princípios dos direitos humanos.

Mesmo assim, os EUA cooperam com esses países, pois fazem parte da ASEAN, o principal órgão de ação económica que permite aos EUA ter uma voz na região. Embora a ASEAN se concentre principalmente na economia, acaba também por satisfazer as necessidades dos americanos de se manifestarem na região, especialmente com o crescimento económico da China e as suas relações com a ASEAN.

Um terceiro ponto que poderá dar uma vantagem aos EUA na região é adotar uma política externa mais dinâmica, ainda mais ativa do que a da China, para atrair mais colaboradores e ter uma postura mais enérgica na região. Demonstrar um forte compromisso pode mostrar a vontade dos EUA de manifestar apoio e contrabalançar a influência chinesa.

Tal demonstração de poder pode eventualmente impedir que a China avance ainda mais na influência sobre áreas e países que já estão sob a esfera de influência dos EUA. Sabemos pelo passado recente que tal tentativa de dinamizar as políticas em direção ao Sudeste Asiático por parte dos EUA já foi alcançada e com algum sucesso, a pivot strategy impulsionada por Barack Obama para tentar levar os países desta região a aproximar-se dos EUA evitando assim um crescimento constante da China. Esta “pivot strategy” revelou ser dinâmica porque envolveu várias áreas, desde a economia, as relações entre países, bem como ligações diplomáticas. Uma tentativa atual de criar um projeto semelhante com dinâmicas aproximadas pode melhorar a posição dos EUA na região.

De maneira geral, podemos observar que a política externa dos EUA tem sofrido com uma certa falta de decisão e visão do futuro. Os EUA têm-se concentrado em observar o cenário geopolítico atual em vez de tentar prever e antecipar as zonas de maior importância. Como resultado, deixaram a região vulnerável durante os anos cruciais em que a China começou a expandir as suas ambições de influência.

Ao descrever este aspeto da política externa americana, podemos criar um novo conceito que ajudará a compreender as ambições dos EUA não apenas em relação ao Sudeste Asiático, mas também num nível mais global.

A política externa americana pode ser descrita brevemente como um interesse em várias zonas do mundo simultaneamente, com algumas áreas sendo mais importantes do que outras. Por exemplo, os EUA têm mantido um interesse ativo sobre o Médio Oriente e os acontecimentos políticos na região.

Em contraste, zonas como a Ásia Central têm sido, por assim dizer, algo ignoradas. No entanto, se ocorrer um conflito que de alguma forma vá contra os interesses gerais dos norte-americanos, essa zona poderá tornar-se importante para os EUA. Isso pode ser demonstrado de maneira mais factual pela política externa de George W. Bush.

Além das várias considerações geoestratégicas sobre o envolvimento dos EUA na região do Sudeste Asiático, podemos concluir que os EUA desempenham um papel significativo na área. O futuro promete ainda mais iniciativas, que poderão envolver novas áreas de intervenção, como o meio ambiente. Este tema começa a ser um problema crescente devido às alterações climáticas, e novas iniciativas terão de ser criadas para proteger as populações cada vez mais afetadas por esse fenómeno. Isso pode fornecer uma justificativa adicional para que os EUA aumentem a sua presença na região.

Com isso, podemos concluir que, apesar de a China e os EUA estarem presentes no Sudeste Asiático e ambos terem vários projetos e iniciativas promissoras para a região, os dois países parecem querer manter a sua influência pelo maior tempo possível. Atualmente, não há sinais de que um possível recuo por parte de qualquer uma das partes possa ocorrer num futuro

próximo. No entanto, essa fixação pela região pode gerar instabilidade, que pode eventualmente dar origem a um *casus belli*. Assim, estamos a falar de uma região com potencial para instabilidade.

Sendo assim, já discutimos os aspetos diplomáticos, económicos e também militares. Embora o aspeto militar ainda não seja predominante na região para nenhuma das partes, especialmente para a China, ele mereceu um espaço próprio neste trabalho.

4.1.2. A China e os EUA no Sudeste Asiático: Cooperação ou Conflito?

A principal razão para a interferência dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, considerando fatores como presidentes, política externa e a ascensão da China, é influenciar o maior número de países possível para obter vantagens imediatas e de longo prazo, buscando estabilidade dentro de sua visão de uma ordem mundial.

Quanto mais países estiverem sob a sua influência, mais os EUA tendem a criar sistemas de alianças, algo semelhante ao que ocorreu durante a Guerra Fria e que continua a ser um dos seus principais pilares de política externa “investing in good governance and allied capabilities abroad” (Miller, p8, 2012) ao investir nestas capacidades aliadas estará a fortalecê-los contra outras ameaças que possam, eventualmente, surgir. Naquela época, com a ascensão da União Soviética, os americanos não podiam permanecer passivos enquanto o seu oponente emergia por meio de vários conflitos indiretos (guerras por procuração).

Exceto pelo facto de que as guerras por procuração não serem frequentes, pelo menos num nível mais oficial, podemos observar que algumas características permanecem as mesmas desde o fim da Guerra Fria, apesar de algumas mudanças. Para comprovar esses métodos, é necessário examinar as iniciativas dos EUA para implementar a sua estratégia de influência, e também expor o método em si, pois este pode ser essencial para entender todo o conceito de interferência.

O método é simples: consiste na influência, que, embora seja exercida através de capital diplomático, também se manifesta pela expansão da influência americana e pela capacidade de moldar vários acontecimentos simultaneamente. “American actions undercut the norms of sovereignty, territoriality, and non-interference that were seen by Southeast Asian states as fundamental to legitimacy” (Mauzy, 2007, p. 631).

Além disso, os EUA têm a capacidade de impor sanções e de isolar um estado que não partilhe os mesmos valores democráticos e liberais. Através de ações que desconsideram o povo e o sistema local, os EUA realizam intervenções decisivas que podem isolar o estado em questão, a menos que surja uma alternativa que ofereça ajuda e apoio aos países que preferem não ingressar na esfera de influência de um estado com o qual não se identificam cultural, económica ou politicamente.

Embora a maioria dos países do Sudeste Asiático seja, em essência, democrática, existe uma tendência desses países em procurar alternativas através de nações não democráticas, papel que a China preenche ao oferecer o mesmo tipo de assistência que os Estados Unidos. No entanto, devido à sua proximidade geográfica, a China está numa posição privilegiada para alcançar e influenciar esses países. “Southeast Asian policy makers were concerned by the administration’s stated preference for bilateralism and, at times, unilateralism” (Mauzy, 2007, p. 631).

Deste modo, ao falar sobre o sistema de alianças, é importante destacar que ele ainda não é totalmente claro no Sudeste Asiático. Embora os Estados Unidos tenham aliados próximos na região, como o Vietname e as Filipinas, isso não impede a China de intervir nesses mesmos países. Enquanto os Estados Unidos oferecem principalmente ajuda econômica sem compromissos políticos significativos, a China, pela sua proximidade e abordagem multifacetada, tem a capacidade de exercer uma influência mais direta e abrangente.

A China oferece empréstimos e grandes projetos de infraestruturas aos países da região, o que facilita uma maior aproximação que pode ser comprovado, por exemplo com a “belt and road initiative” com o propósito de melhorar as infraestruturas da região temos dois exemplos:

“construction has already started on the Jakarta – Bandung high-speed railway in Indonesia and on a railway linking Mohan, on the Chinese border, with Vientiane, the capital of Laos “ (Yu, p 118,2017) .

Em caso de conflito, não seria claro de imediato a aliança desses países. É mais provável que optem por um sistema de alianças misto, semelhante ao que se observa atualmente na Turquia, onde o país mantém uma rede diversificada de alianças, permitindo uma gama de ações variadas em situações de risco:

“China provides aid to countries with fewer preconditions. For example, Malaysia, the Philippines, and Thailand are also receiving assistance, including military aid, despite the situation with human rights” (Stepanov, 2022, p. 1473).

A influência regional da China revela-se, portanto, como algo extraordinário. Dado que tanto a China como os Estados Unidos ajudam e investem em países em comum, torna-se óbvio que esses países se abrem diplomaticamente, optando por aproveitar os benefícios de um sistema de alianças que envolve ambas as grandes potências:

“The United States is the second largest trading partner of Southeast Asia in terms of mutual trade. A large number of American companies are registered in ASEAN countries. In terms of security cooperation, the United States is the absolute leader thanks to allied relations with a number of countries and close military-to-military contacts.

Washington's positions are also strong in the field of 'soft power'". (Stepanov, 2022, p. 1475).

O que acaba por fazer sentido, considerando que esses países estão numa situação vulnerável. A sua geografia, bastante dispersa, permite a formação de pequenos estados que frequentemente abrigam diversas minorias étnicas, o que pode dificultar a formação de políticas coerentes. Apesar da sua grande capacidade económica e de ser um ponto crucial para o comércio internacional, como discutido anteriormente neste trabalho, esses países não se destacam como grandes potências políticas a nível internacional permitindo assim a influência da China:

"One of the main challenges for the countries of Southeast Asia remains the growing diplomatic, economic, technological, and military influence of China. The Covid-19 pandemic. The withdrawal of the United States from the Trans-Pacific Partnership has also caused concern among the countries of the region". (Stepanov, 2022, p. 1477).

A China representa um ponto problemático para a região do Sudeste Asiático e para o mundo devido às suas ambições em diversos campos do conhecimento e na política internacional, fatores que a definem como uma potência marcante.

Através destas observações, podemos concluir que o melhor que esses estados podem fazer é aproveitar o melhor de dois mundos.

Assim, o Sudeste Asiático pode ser descrito como uma região de conflito de interesses, onde o poder militar e a importância económica são fatores que atraem as duas potências para a área. Isso levanta a questão de um possível conflito na região.

O Sudeste Asiático está a transformar-se num possível campo de batalha, com a probabilidade de um conflito emergir a qualquer momento. Diversas manchetes de jornais sugerem que até ao final desta década, um conflito bélico entre essas duas potências é uma possibilidade real. Caso isso aconteça, o campo de batalha certamente incluirá vários países da região, cuja importância estratégica poderá influenciar o curso do conflito se utilizada adequadamente.

Tendo isto em conta, os EUA e a China estão a criar entre si crescentes níveis de hostilidade, neste caso em específico na região do Sudeste Asiático, que se não forem regulados poderão originar o risco de uma espécie de conflito bélico acontecer entre estes dois estados.

4.1.3. A região do Sudeste Asiático como potencial zona de conflito

Até agora, foram analisados diversos aspetos do Sudeste Asiático e como esses aspetos podem ser integrados na política externa de países como os EUA e a China para atingir os seus variados propósitos.

Com isso em mente, é essencial considerar a hipótese de um possível conflito entre essas duas potências globais e a importância do Sudeste Asiático dentro dessa dinâmica.

Como vimos, desde o fim da Guerra Fria e a vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética, houve uma certa estabilidade no sistema internacional, com poucos desafios diretos à hegemonia americana. Isso resultou em algumas políticas menos visionárias em relação ao Sudeste Asiático.

“What is new is the priority the United States has declared it is now giving to the region. This follows a period of relative neglect since the end of the Vietnam War, and the more recent American focus on Afghanistan and Iraq, even if there was an engagement with Southeast Asia in the aftermath of 9/11.” (Majid, 2012, p. 21).

À medida que as décadas passaram e a China se tornou cada vez mais poderosa e influente, em particular durante a presidência de Obama, os Estados Unidos começaram a reagir.

Neste contexto, temos duas superpotências, cada uma com os seus próprios aliados, que utilizam os seus sistemas de alianças para expandir a sua influência ao máximo possível, até que uma das potências seja enfraquecida. Isso remete ao cenário da Guerra Fria.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram o ator predominante no cenário internacional. No entanto, com o surgimento de hostilidades ideológicas entre os EUA e a União Soviética, rapidamente ficou claro que a hegemonia americana não era garantida. Para proteger e manter a sua posição, os Estados Unidos adotaram uma postura assertiva nas relações internacionais, fazendo o necessário para preservar o seu poder.

Atualmente, os Estados Unidos adotam uma abordagem similar, procurando expandir o seu poder, tanto para mantê-lo como para conter o crescimento e a influência excessiva da República Popular da China.

Um dos teatros de operações deste conflito é o Sudeste Asiático pelas seguintes razões: além dos países terrestres que fazem fronteira com a China, a sua extensão oceânica oferece potencial para obter maior controlo sobre as rotas comerciais da região. Como destaca Beeson (2009), “the possible emergence of a ‘greater China’ that incorporates Taiwan, Hong Kong and the fifty million or so ‘overseas Chinese’ in Southeast Asia highlights the potentially transnational nature of Chinese influence and power” (p. 96).

Em segundo lugar, a China pode aproveitar esta região para uma maior dinâmica estratégica, uma vez que o mar permite o deslocamento de bens e a construção de bases em locais estratégicos ao longo da costa. Em terceiro lugar, até o período de Barack Obama, os Estados Unidos mostraram pouco interesse na região, o que permitiu à China expandir a sua influência.

O mesmo aconteceu durante a presidência de Donald Trump, que também se caracterizou por um certo afastamento na política externa americana em relação ao Sudeste Asiático, sendo que, assim, o único ator político na região é a ASEAN, mas sendo ela incapaz de criar uma política comum, a região continua vulnerável. Esses períodos de inação possibilitaram à China explorar esse vazio de poder, como observa Beeson (2016):

“Given ASEAN’s modest track-record of achievement as far as encouraging significant regional cooperation is concerned, there is a good deal of skepticism about how effective a larger organisation might in driving initiatives like an AMF or an East Asian preferential free trade agreement.” (p. 8).

Deste modo, ao perceberem a inação na região, os Estados Unidos têm tentado recuperar parte da influência perdida. No entanto, é incerto se conseguirão restabelecer completamente a sua posição. O que sabemos é que, num possível cenário de uma nova Guerra Fria, ambos os lados do conflito usarão o Sudeste Asiático como um teatro de operações com grande energia e empenho, buscando dar xeque-mate ao outro.

4.1.4. Fatores de risco de conflito entre os EUA e a China

Com base nos fatores mencionados anteriormente, observamos um aumento contínuo nas tensões entre a China e os Estados Unidos: “In 2019, US–China relations that had been characterized by a pattern of ups and downs over the past quarter century took a clear and possibly irreversible turn for the worse” (Goldstein, p 49,2020); um dos casos que temos de tensões se manifestarem entre os dois aconteceu durante a presidência de Donald Trump com as suas sanções contra bens Chineses. Se essa tendência persistir, há o risco de que um conflito bélico entre as duas potências ocorra nas próximas décadas. Perante esse cenário, a questão que surge é: quais seriam as razões para um confronto direto entre as duas superpotências?

As principais razões para tal conflito são, em grande parte, de natureza geopolítica, sendo alinhadas aos objetivos de política externa de cada país. Esses fatores representam o maior risco imediato de conflito.

No campo teórico, a Teoria Realista das Relações Internacionais sugere que o aumento da rivalidade entre duas superpotências dessa magnitude frequentemente resulta em conflito ou até mesmo guerra. Por isso segundo esta lógica é um conflito que podemos esperar, mas ainda permanece incerto. Um dos teóricos das relações internacionais que advoga esta mesma ideia é John Mearsheimer que em vários artigos da sua autoria defende que uma guerra entre os EUA e a China é inevitável devido a vários fatores históricos, como a armadilha de Tucídides.

Um dos artigos onde o autor faz menção de uma possível guerra é no “China’s unpeaceful rise”, e no primeiro parágrafo o autor mostra a sua crença:

“Can China rise peacefully? My answer is no. If China continues its impressive economic growth over the next few decades, the United States and China are likely to engage in an intense security competition with considerable potential for war.” (Mearsheimer, p 160, 2006)

Um exemplo concreto de um possível ponto de discórdia é Taiwan. Localizada na costa da China, Taiwan é um importante centro industrial e econômico, além de ser um aliado estratégico dos EUA. Ao mesmo tempo, Taiwan é um território reivindicado pela China, o que a coloca como um fator potencial para desencadear um conflito entre os dois países.

Ambos os países compreendem que qualquer ação militar direcionada a esta região poderia facilmente propagar-se para os países vizinhos, afetando não apenas os estados da região, mas também as principais rotas comerciais já mencionadas. Portanto, torna-se complicado adotar tal abordagem devido ao risco de uma guerra se alastrar e ter repercussões amplas.

Mesmo assim, o governo chinês tem demonstrado repetidamente que Taiwan é uma parte integral do seu território e que tomará todas as medidas necessárias para a adquirir, inclusive por meios militares. Isso tem sido evidenciado em várias declarações de líderes chineses, incluindo Xi Jinping, cuja política externa se caracteriza por uma abordagem mais assertiva em relação a questões globais, especialmente nas áreas de interesse vital para a China, como Taiwan.

“China’s diplomatic offensive in Southeast Asia has raised questions in the US and throughout Asia concerning the nature of China’s rise and its implications. Advocates of a China threat scenario have long argued that China desires regional hegemony and that US–China relations in this regard are a zero-sum game.” (Economy, 2005, p. 410).

Contudo, não é apenas a questão de Taiwan que pode levar a um aumento das tensões na região. Este trabalho demonstra que existem várias áreas de interesse para os dois estados no Sudeste Asiático. Até agora, tanto os EUA como a China têm conseguido encontrar formas de conciliar os seus interesses para evitar disputas. No entanto, pode ser apenas uma questão de tempo até que surja uma disputa devido a algum contratempo diplomático, que poderia servir como um pretexto para um conflito na região.

Com essas duas possíveis causas de conflito – a ilha de Taiwan e os diversos pontos geográficos de interesse – podemos concluir que o destino do Sudeste Asiático está intimamente ligado a essas duas potências globais. Em caso de conflito, a região não seria afetada apenas nas áreas fronteiriças com a China, mas também pelos mares que atravessam essa área estratégica, onde se encontram pontos de pressão com rotas comerciais essenciais para a China e países aliados dos EUA. Portanto, estamos a falar de uma região sensível. Embora não seja amplamente

reconhecida como uma área de tensões, tem-se mostrado cada vez mais significativa ao longo do tempo, com tensões que têm aumentado de maneira notável.

Diante dessa situação, é crucial entender como os EUA poderiam contornar as dificuldades e responder adequadamente caso haja uma escalada para um conflito.

Com a possibilidade de uma guerra no horizonte, ambos os lados estão a preparar-se para essa eventualidade. A China está a redirecionar os seus recursos para fortalecer o seu potencial militar, enquanto os EUA discutem abertamente e consideram, em círculos fechados, a possibilidade de conflito. Diante desta situação, é pertinente questionar se a guerra é realmente necessária para os dois estados. Como afirmado por Zhu (2005):

“U.S.-China relations are arguably the most important and consequential bilateral ties in the 21st century. As Chinese power continues to grow and expand, many worry about the future of U.S.-China relations and international security” (p. 1).

A resposta a essa questão é paradoxal. Atualmente, esses dois países enfrentam a possibilidade de seguir um de dois caminhos. O primeiro, conforme a teoria realista das relações internacionais, aponta para a guerra. Nessa perspectiva, estamos diante de uma superpotência dominante (EUA) e outra em ascensão (China), o que sugere a inevitabilidade de um conflito para determinar quem assumirá a posição de hegemonia mundial. Esse cenário poderia resultar numa guerra direta ou num conflito semelhante à Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética, que ocorreu durante meados e finais do século XX.

Ou seja, pode não haver uma guerra direta entre esses dois atores internacionais, mas sim um conflito político que se manifesta por meio de conflitos indiretos ou de proximidade. Essa possibilidade sugere que, em vez de um confronto militar direto, poderemos ver uma série de disputas localizadas, onde ambos os países apoiam lados opostos para expandir as suas influências sem se envolverem diretamente.

Outro caminho que esses dois estados podem escolher seguir é o da cooperação, o que exigiria um novo nível de aproximação para melhorar as suas relações a longo prazo.

“Despite the changeable official terms used to describe the relationship such as ‘strategic partnership’, ‘strategic competitors’ or ‘constructive cooperative relations’, the United States and China have developed a normal relationship, in which they cooperate on a wide range of bilateral, regional and global issues but disagree and even argue over some other issues. At the beginning of the 21st century, U.S.-China ties have strengthened and expanded into a complex

relationship, often cooperative, sometimes contentious, but always vital to global stability.” (Zhu, 2005, p. 17).

Ao considerar a probabilidade de um desses caminhos se concretizar, sabemos que, historicamente, quando surgem duas potências, a tendência é que elas entrem em guerra uma com a outra. A história oferece inúmeros exemplos que corroboram essa afirmação, e são raros os episódios que a contradizem. Por isso, será difícil, no contexto atual, desafiar essa tendência, especialmente num mundo ainda muito centrado no poder estatal.

Um exemplo desta tendência é a armadilha de Tucídides, que defende que quando um estado ascendente (China) colide com uma potência já estabelecida (EUA), a probabilidade de um conflito ocorrer aumenta. Pondo assim em perigo o atual sistema internacional: “Rising powers and the consequent shifts in the balance of power have long been identified as critical challenges to the international order” (Mastro, p 1, 2018).

A segunda opção também parece bastante difícil, pois, embora os dois estados compartilhem algumas rivalidades, ainda não encontraram um caminho claro para aliviar a tensão nas suas relações. Além disso, é relevante considerar o conceito de “hedging” que, embora tradicionalmente aplicado a pequenas potências na gestão de relações com grandes estados, pode ser pertinente aqui. Esse conceito refere-se à estratégia de diversificação das relações externas para reduzir a dependência de uma única potência. Isso oferece uma forma de alargar horizontes e adotar medidas que se alinham com os interesses das grandes potências envolvidas. Como é observado por Jones (2022): “Hedging provides an insurance policy mainly, although not exclusively, for the region’s smaller states that face the implications of a ‘Thucydides Trap’ set by the rising power of China and ‘the fear which this caused’ in the United States” (p. 206).

A questão do paradoxo nas relações entre a China e os EUA – onde coexistem grandes rivalidades e, ao mesmo tempo, conexões que promovem a estabilidade – permite desenvolver uma compreensão mais profunda de como os estados mantêm as suas relações durante períodos de paz. Este paradoxo revela como, mesmo com tensões significativas, é possível haver uma cooperação que contribui para a estabilidade global. Esta ideia vai assim de encontro com uma das escolas de pensamento das relações internacionais, a das relações de interdependência.

Sabemos que o mundo se encontra cada vês mais interconectado com a ajuda da globalização e dos vários meios de comunicação que são realçados através dos constantes avanços tecnológicos. Este ponto permite ver que ao contrário do passado, onde os estados tinham um certo nível de isolamento, embora não total, os estados da atualidade estão cada vez mais interligados. Sendo assim, a China e os EUA têm um nível de interligação que não deve ser posto de lado ao considerar a hipótese de um conflito bélico.

Talvez, com uma mudança de liderança na Casa Branca, isso possa acontecer. Com um novo tipo de pensamento a nível internacional, os EUA poderiam desenvolver uma nova abordagem para

os problemas nas relações entre EUA e China, mas isso ainda é incerto. Apenas com o passar dos anos a resposta se tornará mais clara.

Uma maneira de consolidar essa possível aliança seria fortalecer os laços económicos entre os dois países.

Uma prova de como os fatores mudaram ao longo das décadas pode ser demonstrada pela seguinte citação da autora Elizabeth Economy, escrita em 2005, numa época em que as novas ambições da China estavam a revelar-se de forma progressiva, mas não tão abruptas como vemos atualmente. Ela afirma: “China’s rise will be peaceful, serving an ameliorative function in international affairs: enhancing global security, promoting peaceful trade, and addressing transnational challenge” (Economy, 2005, p. 411). Ou seja, foram necessárias algumas décadas de ação diplomática para mostrar ao mundo e aos EUA que as ambições da China podem ir além da diplomacia e que o país de facto pretende avançar ainda mais. E neste caso em específico podemos ver que ao longo deste trabalho de Economy ela faz referência a vários autores e figuras públicas da vida política chinesa, e, deste modo, o seu ponto de vista não deve ser desvalorizado.

Dessa forma, ao considerar as relações gerais entre os dois estados e refletindo sobre o que já foi discutido sobre a região do Sudeste Asiático, podemos concluir que essa região será de extrema importância para o que vier a acontecer no futuro. Seja uma abordagem mais violenta, seja o desenvolvimento de relações mais pacíficas entre os dois estados, o Sudeste Asiático será um palco crucial para essas dinâmicas.

De qualquer forma, o papel que o Sudeste Asiático tem desempenhado atualmente é de extrema importância, especialmente ao considerar as hostilidades entre as duas potências e a sua relevância geopolítica e económica. A região possui uma importância estratégica, com a China a procurar expandir o seu domínio sobre territórios marítimos no Mar do Sul da China, o que ameaça a integridade territorial dos países da Península da Indochina. Por outro lado, os EUA veem a região como crucial para a sua atividade económica, com a ASEAN sendo o principal ator económico local e um aliado estratégico. Isso coloca ambos os países num dilema significativo, já que ambos têm interesses profundos na região.

“The dilemma the US cannot escape is how to integrate into the international system a rising power which will eat into American predominance in the world, even if it will remain the preeminent power for a long time to come” (Majid, 2012, p. 34).

Outro fator que pode influenciar o impacto da China na região é a presença de grupos étnicos Han espalhados pelo Sudeste Asiático. Essa dispersão é resultado de várias ondas migratórias ao longo do século XX, levando à formação de comunidades significativas em vários países da região. Esses grupos têm um impacto económico considerável por meio de negócios e atividades

diversas, e podem manter alguma lealdade ao estado chinês, possivelmente influenciando a dinâmica regional:

“the number of new migrants from China has been smaller in comparison, but here too, the older communities have been faced with more economic, political, and cultural influence from Mainland China” (Hong, p 16, 2018).

Isso ilustra a complexidade das relações internacionais, que frequentemente envolvem paradoxos que necessitam de uma análise mais aprofundada.

Para além disto, temos de considerar que tipo de papel estes grupos desempenham e em que países eles existem em maior número. Podemos observar que estas migrações estão de mãos dadas com a riqueza produzida pelos países em questão, como a Indonésia, Vietname, Filipinas, entre outros. No entanto, podemos também afirmar que, apesar de estarem presentes nestes países, a densidade populacional destes grupos é bastante baixa, quase não chegando a um milhão, exceto no caso das Filipinas, onde a população atinge 1 milhão e 500 mil. Contudo, este número varia, sendo maior ou menor, dependendo do país em questão. “Thailand also has a significant but well-integrated Chinese minority population that makes up a good portion of the country’s business and governing elite and helps to engender a “cultural willingness to adapt to an increasingly influential China” (Goh, 2005, p. 17).

Podemos ver que estas migrações não aconteceram num curto período de tempo, mas sim ao longo de vários séculos, à medida que as condições sociopolíticas foram mudando nos territórios que a China foi adquirindo ao longo dos séculos. “Chinese migration to East and Southeast Asia has a long tradition” (Fong, 2020, p. 12). Por isso, este argumento não é suficiente para demonstrar que estes grupos de chineses são grupos com interesses económicos. “Chinese migrants, even among the second generation and beyond, remains strong because of their relatively higher economic status” (Fong, 2020, p. 12), ainda com ligações fortes com o governo. No entanto, devemos considerar que a realidade é dinâmica e que, com este princípio em mente, estes grupos poderão, de uma maneira ou de outra, ser utilizados para ajudar os interesses do Estado chinês na região.

“As a developing country, China faces enormous challenges at home. These challenges include but are not limited to population, environmental deterioration, ethnic separatism, and the rule of law” (Zhu, 2005, p. 10).

Estes são alguns dos desafios que põem em causa a integridade da própria China como superpotência hegemónica. Com esse tipo de dificuldades domésticas, a China terá dificuldades em manter-se no caminho da predominância internacional, pelo menos do ponto de vista de alguns autores atuais.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar as principais mudanças na política externa americana em direção ao Sudeste Asiático ao longo das administrações de George W. Bush, Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden. Utilizando uma abordagem comparativa, investigou-se como as dinâmicas políticas, económicas e militares moldaram a atuação dos Estados Unidos na região, com especial atenção ao crescente desafio representado pela China.

A pergunta de partida — “Quais foram as principais mudanças na política externa americana em direção ao Sudeste Asiático desde George W. Bush até Joe Biden?” — foi explorada em profundidade, permitindo uma resposta estruturada em três fases distintas. Primeiramente, durante o governo de George W. Bush, o foco da política externa estava voltado predominantemente para a guerra ao terrorismo, após os ataques de 11 de setembro. Isso desviou temporariamente a atenção dos EUA para outras regiões, como o Oriente Médio, embora o Sudeste Asiático continuasse a ser visto como uma área de importância estratégica. Durante esse período, as relações dos EUA com a região foram pautadas principalmente por iniciativas de segurança e cooperação antiterrorista.

Em contraste, a administração de Barack Obama trouxe uma mudança substancial de orientação, com a implementação da política de “pivot para a Ásia”. Esta estratégia reposicionou o Sudeste Asiático como um ponto central da política externa americana, refletindo a necessidade de contrabalançar a crescente influência da China na região. Obama adotou uma postura diplomática mais robusta, fortalecendo alianças com países da ASEAN e buscando ampliar o papel dos Estados Unidos no desenvolvimento económico regional. Além disso, o seu governo enfatizou a necessidade de manter a liberdade de navegação nas águas do Mar do Sul da China, uma área crucial para o comércio global, onde a China reivindicava ampla soberania.

Sob a presidência de Donald Trump, houve uma reorientação da política externa, marcada por uma abordagem mais isolacionista e nacionalista, embora a rivalidade com a China permanecesse em destaque. Trump focou-se numa estratégia de pressão económica sobre a China, com o uso de tarifas e sanções comerciais. No entanto, a sua administração diminuiu a ênfase em alianças multilaterais, o que gerou preocupações entre parceiros regionais que dependiam do compromisso americano com a segurança e a estabilidade no Sudeste Asiático. Ainda assim, a presença militar americana foi mantida, e Trump continuou a investir em parcerias bilaterais que visavam conter a ascensão chinesa, ainda que com uma abordagem mais fragmentada.

Com a chegada de Joe Biden à presidência, houve um retorno a uma postura multilateral mais cooperativa. Biden procurou reafirmar o papel dos Estados Unidos como um aliado confiável para os países do Sudeste Asiático, destacando a importância de parcerias estratégicas e o

fortalecimento da cooperação econômica e militar. A sua administração também reiterou o compromisso com a liberdade de navegação no Mar do Sul da China e o apoio às alianças regionais, ao mesmo tempo em que procurava reconstruir a confiança dos aliados, após o período de isolacionismo de Trump.

Os resultados da análise indicam que, apesar das diferentes abordagens adotadas por cada presidente, o objetivo central da política externa americana permaneceu constante: conter a influência crescente da China e garantir a presença dos Estados Unidos como um ator preponderante no Pacífico. O Sudeste Asiático, com a sua importância geopolítica e econômica, continua a ser um pilar da estratégia americana para a manutenção da hegemonia na região, especialmente num contexto de competição global entre as grandes potências.

Esta tese oferece uma contribuição significativa ao mapear as continuidades e mudanças nas políticas externas dos EUA, destacando como cada administração ajustou as suas estratégias em resposta às circunstâncias internas e externas. A análise revelou que, enquanto Bush priorizou o combate ao terrorismo, e Trump se focou na rivalidade econômica, tanto Obama como Biden adotaram abordagens mais amplas e cooperativas, visando equilibrar a competição com a China e fortalecer alianças regionais.

Entretanto, a crescente influência da China na região permanece como o principal desafio para os Estados Unidos, que têm procurado equilibrar a sua presença militar com iniciativas econômicas e diplomáticas. A rivalidade sino-americana no Sudeste Asiático, especialmente em áreas como o Mar do Sul da China, continuará a moldar o futuro das relações internacionais na região.

Finalmente, sugere-se que estudos futuros explorem mais profundamente as dinâmicas internas dos países do Sudeste Asiático e como as suas políticas são influenciadas tanto pelos Estados Unidos como pela China. Além disso, a evolução das tensões sino-americanas deve ser monitorizada, dado o seu potencial de remodelar o cenário geopolítico global e regional.

Bibliografia

Ba, A. (2009). Systemic neglect? A reconsideration of US-Southeast Asia policy. *Contemporary Southeast Asia*, 369-398.

Ba, A. D., & Beeson, M. (Eds.). (2017). *Contemporary Southeast Asia: the politics of change, contestation, and adaptation*. Bloomsbury Publishing.

Beeson, M. (2004). The United States and Southeast Asia: Change and continuity in American hegemony. In *Asian Regional Governance* (pp. 231-247). Routledge.

Beeson, M. (2009). Hegemonic transition in East Asia? The dynamics of Chinese and American power. *Review of International Studies*, 35(1), 95-112.

Beeson, M., & Higgott, R. (2005). Hegemony, institutionalism and US foreign policy: Theory and practice in comparative historical perspective. *Third World Quarterly*, 26(7), 1173-1188.

Boreyko, A. V., Vernigora, A. A., & Kislitsyn, S. V. (2022). The Infrastructure Competition between the United States and China in Developing Countries. *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 92(Suppl 7), S627-S635.

Boys, J. D. (2022). The unpredictability factor: Nixon, Trump and the application of the Madman Theory in US grand strategy. In *A Trump Doctrine?* (pp. 83-104). Routledge.

Capelato, M. H. R. (2003). A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica.

Cheng, M. (2022). AUKUS: The changing dynamic and its regional implications. *European Journal of Development Studies*, 2(1), 1-7.

Chew, E. (2009). *US foreign policy and Southeast Asia: From manifest destiny to shared destiny*. S. Rajaratnam School of International Studies, Nanyang Technological University.

Chongvilaivan, A. (2014). Inequality in Southeast Asia. In *Inequality in Asia and the Pacific* (pp. 327-352). Routledge.

Christensen, T. J. (2020). *No new Cold War: Why US-China strategic competition will not be like the US-Soviet Cold War*. The Asian Institute for Policy Studies.

Dellios, R. (2003). *Mandala: From sacred origins to sovereign affairs in traditional Southeast Asia*. Bond University.

- Economy, E. (2005). China's rise in Southeast Asia: Implications for the United States. *Journal of Contemporary China*, 14(44), 409-425.
- Fong, E., & Shibuya, K. (2020). Migration patterns in East and Southeast Asia: Causes and consequences. *Annual Review of Sociology*, 46, 511-531.
- Freire, M. R. (2015). *Política externa: As relações internacionais em mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Goh, E. (2005). Meeting the China challenge: The US in Southeast Asian regional security strategies. East-West Center.
- Goh, E. (2008). Hierarchy and the role of the United States in the East Asian security order. *International Relations of the Asia-Pacific*, 8(3), 353-377.
- Goh, E. (2007). Great powers and hierarchical order in Southeast Asia: Analyzing regional security strategies. *International Security*, 32(3), 113-157.
- Hansson, E., Hewison, K., & Glassman, J. (2020). Legacies of the cold war in East and Southeast Asia: An introduction. *Journal of Contemporary Asia*, 50(4), 493-510.
- Hayton, B. (2014). The South China Sea: the struggle for power in Asia.
- Hemmer, C., & Katzenstein, P. J. (2002). Why is there no NATO in Asia? Collective identity, regionalism, and the origins of multilateralism. *International organization*, 56(3), 575-607.
- Hughes, C. R. (2005). Nationalism and multilateralism in Chinese foreign policy: Implications for Southeast Asia. *The Pacific Review*, 18(1), 119-135.
- Jones, D. M., & Jenne, N. (2022). Hedging and grand strategy in Southeast Asian foreign policy. *International Relations of the Asia-Pacific*, 22(2), 205-235.
- Khoo, N. (2022). Great power rivalry and Southeast Asian agency: Southeast Asia in an era of US-China strategic competition. *Political Science*, 74(2-3), 141-154.
- KUZMANOV, Z., & ZENDELOVSKI, G. (2019). GREAT POWERS'MILITARY BASES AND STRENGTHENING SECURITY IN THE URBANIZED WORLD. *Security Dialogues*, 10(2).
- Laksmana, E. A. (2011). The enduring strategic trinity: explaining Indonesia's geopolitical architecture. *Journal of the Indian Ocean Region*, 7(1), 95-116.
- Lee, P. K. (2023). George W. Bush's post-9/11 East Asia policy: Enabling China's contemporary assertiveness. *International Politics*, 1-25.

Limaye, S. P. (2007). United States-ASEAN relations on ASEAN's fortieth anniversary: A glass half full. *Contemporary Southeast Asia*, 447-464.

Liu, H., Xu, C., & Lim, G. (2023). The China effect on regional economic integration: a longitudinal study of Central, South, and Southeast Asia. *Journal of the Asia Pacific Economy*, 1-23.

Majid, M. (2012). *Southeast Asia between China and the United States*. London School of Economics and Political Science.

Mastro, O. S. (2019). In the shadow of the Thucydides trap: International relations theory and the prospects for peace in US-China relations. *Journal of Chinese Political Science*, 24, 25-45.

Mauzy, D. K., & Job, B. L. (2007). US policy in Southeast Asia: Limited re-engagement after years of benign neglect. *Asian Survey*, 47(4), 622-641.

Mearsheimer, J. J. (2014). China's unpeaceful rise. In *The realism reader* (pp. 464-467). Routledge.

Miller, P. D. (2012). Five Pillars of American Grand Strategy. *Survival*, 54(5), 7-44.

Meierding, E., & Sigman, R. (2021). Understanding the mechanisms of international influence in an era of great power competition. *Journal of Global Security Studies*, 6(4), ogabo11.

Moore, G. J. (2016). The power of "sacred commitments": Chinese interests in Taiwan. *Foreign Policy Analysis*, 12(2), 214-235.

Murphy, A. M. (2017). Great power rivalries, domestic politics and Southeast Asian foreign policy: Exploring the linkages. *Asian Security*, 13(3), 165-182.

Narine, S. (2008). Forty years of ASEAN: A historical review. *The Pacific Review*, 21(4), 411-429.

Parameswaran, P. (2014). Explaining US strategic partnerships in the Asia-Pacific region: Origins, developments and prospects. *Contemporary Southeast Asia*, 262-289.

Petri, P. A., & Plummer, M. G. (2013). ASEAN centrality and the ASEAN-US economic relationship. *East-West Center Policy Studies*, Forthcoming.

Rahawestri, M. A. (2010). Obama's foreign policy in Asia: More continuity than change. *Security Challenges*, 6(1), 109-120.

- Ross, R. S. (2013). US grand strategy, the rise of China, and US national security strategy for East Asia. *Strategic Studies Quarterly*, 7(2), 20-40.
- Rühlig, T. (2018). A 'New' Chinese foreign policy under Xi Jinping". Retrieved December, 16, 2023.
- Sebastian, L., & Nugroho, S. (2021). Assessing United States grand strategy: Estimating the pattern of United States foreign policy on Southeast Asia under the Biden presidency. *Journal of Global Strategy Studies*, 1(1), 37-54.
- Sowang Kuo, T. (2022). From the US-Taiwan Economic Relationship to Sustainable Global Economic Development.
- Stepanov, A. S. (2022). US policy towards Southeast Asia: From Barack Obama to Joe Biden. *Herald of the Russian Academy of Sciences*, 92(Suppl 15), S1473-S1478.
- Thayer, C. A. (2011). The United States, China and Southeast Asia. *Southeast Asian Affairs*, 2011(1), 16-25.
- Toma, S. G. (2019). Learning from the Asian tigers: Lessons in economic growth. *Annals-Economy Series*, 3, 63-69.
- Wrobel, R. M. (2019). Chinese geopolitics in Southeast Asia: A new pattern of economic power within ASEAN? *Asiatische Studien-Études Asiatiques*, 73(1), 149-191.
- Yu, H. (2017). China's Belt and Road Initiative and its implications for Southeast Asia. *Asia Policy*, 24(1), 117-122.
- Zhang, F. (2016). Challenge accepted: China's response to the US rebalance to the Asia-Pacific. *Security Challenges*, 12(3), 45-60.
- Zhang, J. (2015). China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?. *Global Change, Peace & Security*, 27(1), 5-19.
- Zhimin, C. (2009). International responsibility and China's foreign policy. In M. Iida (ed.), *China's shift: Global strategy of the rising power* (pp. 7-28). The National Institute for Defense Studies.
- Zhu, Z. (2005). Power transition and US-China relations: Is war inevitable? *Journal of International and Area Studies*, 1-24.